



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
Comissão Própria de Avaliação**

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Bento Gonçalves (RS), março de 2012.

Organização:

Clarice Monteiro Escott (câmpus Porto Alegre)
Gabriela Fernanda Cé Luft (câmpus Porto Alegre)
Leonardo da Silva Cezarini (Reitoria)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Dilma Rousseff
Presidente da República

Aloizio Mercadante
Ministro da Educação

Eliezer Moreira Pacheco
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Cláudia Schiedeck Soares de Souza
Reitora

Giovani Silveira Petiz
Pró-reitor de Administração

Augusto Massashi Horiguti
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Sérgio Wortmann
Pró-reitor de Ensino

Viviane Silva Ramos
Pró-reitora de Extensão

Alan Carlos Bueno Da Rocha
Pró-reitor de Pesquisa e Inovação

CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)

Presidente (Reitora): Claudia Schiedeck Soares de Souza

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

CDL- Erechim:	Paulo Cesar Massiero
CDL- Erechim:	Zilio Sartori (Sup.)
SINDISERP – BG:	Neura Zat
SINDISERP – BG:	Neilene Lunelli Cristofoli (Sup.)
Setor Público/Empresa Estatal- Erechim:	Anacleto Zanella
Setor Público/Empresa Estatal- Erechim:	Flávia Dalla Costa (Sup.)

REPRESENTANTE DOS EGRESSOS

Egressos	Luís Henrique Zanini
-----------------	----------------------

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DOCENTES

Câmpus BG	Marco Aurélio Fogaça
Câmpus Canoas	Cláudio Antonio Cardoso Leite
Câmpus Canoas	Heraldo Makrakis (sup.)
Câmpus Caxias do Sul	Rodrigo Ernesto Schröer
Câmpus Caxias do Sul	André Luiz Portanova Laborde (Sup.)
Câmpus Erechim	Eduardo Angonesi Predebon
Câmpus Erechim	Alisson Dalsasso Corrêa de Souza (Sup.)
Câmpus Farroupilha	Ricardo Augusto Manfredini
Câmpus Farroupilha	Augusto Massashi Horiguti (Sup.)
Câmpus Feliz	Eliane Velasco Simões Portes
Câmpus Feliz	Cleonei Antonio Cenci (sup.)
Câmpus Ibirubá	Marcos Paulo Ludwig
Câmpus Ibirubá	Milena Silvester Quadros (sup.)
Câmpus Osório	Leandro Raizer
Câmpus Osório	Nilo Barcelos Alves (Sup.)
Câmpus POA	Marcelo Augusto Rauh Schmitt
Câmpus POA	Paulo Artur Konzen Xavier de Mello Silva (Sup.)
Câmpus Restinga	Geanderson de Souza Lenz
Câmpus Restinga	Gleison Samuel do Nascimento (Sup.)
Câmpus RG	Sérgio Ricardo Pereira Cardoso
Câmpus Sertão	Odair José Spenthof
Câmpus Sertão	Anderson Luis Nunes (Sup.)

REPRESENTANTES DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

Câmpus BG	Remí Maria Possamai
Câmpus BG	Fernando Pancotto Júnior (Sup.)
Câmpus Canoas	Edson Régis de Jesus
Câmpus Canoas	Nara Milbrath de Oliveira (Sup.)
Câmpus Caxias do Sul	Valdinei Marcolla
Câmpus Caxias do Sul	Marcia Soares Forgiarini (Sup.)
Câmpus Erechim	Ivan José Suszek
Câmpus Erechim	Josiele Sfredo Michelin (Sup.)
Câmpus Farroupilha	Thaís Roberta Koch
Câmpus Farroupilha	Elisangela Maciel (sup.)
Câmpus Feliz	Núbia Marta Laux
Câmpus Feliz	Gerda Ferreira (sup.)
Câmpus Ibirubá	Jovani José Alberti
Câmpus Ibirubá	Tiago de Paula Leão (sup.)
Câmpus Osório	Marli Daniel
Câmpus Osório	Alex de Andrade (sup.)
Câmpus POA	Adriana de Farias Ramos
Câmpus POA	Ademir Gautério Troina Junior (Sup.)
Câmpus Restinga	Thaís Teixeira da Silva
Câmpus Restinga	Marcia Pereira Pedroso (sup.)
Câmpus RG	Ionara Cristina Albani
Câmpus RG	Alessandra Ruiz Trevisol (sup.)
Câmpus Sertão	Gainete Santos Marques
Câmpus Sertão	Marta Marlice Hannel

REPRESENTANTES DOS DISCENTES

Câmpus BG	Diego Santos da Cunha
Câmpus Canoas	Iara Marina Lopes Galarce
Câmpus Caxias do Sul	Miguel Augusto Beulk Carvalho
Câmpus Caxias do Sul	Marta Detânico (sup.)
Câmpus Erechim	Marcos André Vrielink
Câmpus Erechim	Cristiane Marcela Fiori (sup.)
Câmpus Farroupilha	Sandro Lazari
Câmpus Farroupilha	Stefano Pinto Schafer (sup.)
Câmpus Feliz	Sigrid Régia Huve
Câmpus Feliz	Patrícia Mielk (sup.)
Câmpus Ibirubá	Monica Delgado
Câmpus Ibirubá	Saionara da Costa Meinen (Sup.)
Câmpus Osório	Lourdes Cerlei da Silva
Câmpus Osório	Dorival José Lehnen (sup.)
Câmpus POA	Keone Castanho Dagani
Câmpus POA	Yuri Ferreira Machado (Sup.)
Câmpus Restinga	Gerson Luiz Carvalho Nobre
Câmpus Restinga	Neide Silva Beron (sup.)
Câmpus RG	Amanda Garcia

Câmpus RG
Câmpus Sertão

Alexsandro Dutra (Sup.)
Junior Ferro

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Titular: Marcelo Machado Feres (Setec)

Suplente: Maria Clara Kaschny Schneider (IFSC)

DIRETORES DO IFRS

Bento Gonçalves
Canoas
Caxias do Sul
Erechim
Farroupilha
Feliz
Ibirubá
Osório
Porto Alegre
Restinga (POA)
Rio Grande
Sertão

Luciano Manfroi
Mariano Nicolao
Tatiana Weber
Sérgio Wesner Viana
Melissa Dietrich da Rosa
Luis Carlos Cavalheiro da Silva
Migacir Trindade Duarte Flôres
Roberto Saouaya
Paulo Roberto Sangoi
Amilton de Moura Figueiredo
Osvaldo Casares Pinto
Lenir Antonio Hannecker

Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRS

Representantes do corpo docente

Clarice Monteiro Escott – Câmpus Porto Alegre (Presidente)

Maíra Baé Baladão Vieira – Câmpus Bento Gonçalves

Representantes do corpo técnicos-administrativo

Fábio Roberto Krzyszczak – Câmpus Sertão

Filipe Xerxeneski da Silveira – Câmpus Porto Alegre (Secretário)

Representantes do corpo discente

Rudá de Souza Roveda – Câmpus Porto Alegre

Evandro Gomes da Silva – Câmpus Restinga

Representantes da sociedade civil

Nelson da Silva – Câmpus Restinga

Maria Helena Andrade – Câmpus Canoas

Representantes das Subcomissões Próprias de Avaliação (SPAs)

Câmpus Bento Gonçalves

Representantes do corpo docente

Larissa Dias de Ávila (Titular)

Aneti Fernanda Ritzel (Suplente)

Representantes do corpo técnico-administrativo

Ubiratã Escobar Nunes (Presidente)

Leandro Rocha Vieira (Suplente)

Representantes do corpo discente

Débora Dahmer (Titular)

Representantes da sociedade civil

Iraclides Melo Manfredini (Titular)

Juliano Perin (Suplente)

Câmpus Canoas

Representantes do corpo docente

Marlon André da Silva (Titular)

Romir de Oliveira Rodrigues (Suplente)

Representantes do corpo técnico-administrativo

Elisângela Dagostini Beux (Titular)

Sabrina Clavé Eufrásio (Suplente)

Representantes do corpo discente

Ana Maria de Oliveira Correia (Titular)
Ciro Veiga (Suplente)

Representantes da sociedade civil

Graziela da Cruz Fialho Bittencourt (Titular)
Maria Helena Gomes de Andrade (Suplente)

Câmpus Caxias Do Sul**Representantes do corpo docente**

Mauro Maisonave de Melo (Titular)
Kelen Berra de Mello (Suplente)

Representantes do corpo técnico-administrativo

Sidny Pedrosa (Titular)
Alessandra Aragon Nevado (Suplente)

Representantes do corpo discente

Miguel Augusto Beulk Carvalho (Titular)
Sandro Xavier do Espírito Santo (Suplente)

Representantes da sociedade civil

Jones Francisco Mariane (Titular)
Rudinei Suzin (Suplente)

Câmpus Erechim**Representantes do corpo docente**

Julio Américo Faitão (Titular)
Camila Carmona Dias (Suplente)

Representantes do corpo técnico-administrativo

Josiele Sfredo Michelin (Titular)
Everton Correia Luz (Suplente)

Representantes do corpo discente

Daniela Giarollo (Titular)
Maria Salete Ribeiro de Souza (Suplente)

Representantes da sociedade civil

Paulo Alfredo Pólis (Titular)
Neri Montepó (Suplente)

Câmpus Osório

Representantes do corpo docente

Maria Augusta Martiarena de Oliveira (presidente)
Leandro Raizer

Representantes do corpo técnico-administrativo

Marinez Mauer

Representantes do corpo discente

Priscila da Conceição Felício

Representantes da sociedade civil

Cesila das Graças Martins

Câmpus Porto Alegre

Representantes do corpo docente

Ângelo Cássio Magalhães Horn (Titular)
Bianca Smith Pilla (Titular)
Clarice Monteiro Escott (Titular)
Rodrigo Prestes Machado (Suplente)

Representantes do corpo técnico-administrativo

Diego Hepp (Titular)
Filipe Xerxeneski da Silveira (Titular)
Gabriela Fernanda Cé Luft (Titular)
Ademir Gautério Troina Júnior (Suplente)

Representantes do corpo discente

Jacques Humberto Arboite Oliveira (Titular)
André Luís Müller Marion (Titular)
Lidiane Carlesso Vicari (Titular)
Daniela Mota da Silva (Suplente)

Câmpus Restinga

Representantes do corpo docente

Cintia Mussi Alvim Stocchero (Titular)
Alexsandro Bonatto Corpo (Suplente)

Representantes do corpo técnico-administrativo

Sergio Gambarra da Silva Técnico-Administrativo Interna Titular
Anália Grzybovski Melo Técnico-Administrativo Interna Suplente

Representantes do corpo discente

Evandro Gomes Silva Corpo Discente Interna Titular
Celi Fabiane Fagundes Dias Corpo Discente Interna Suplente

Representantes da sociedade civil

Nelson da Silva Sociedade Civil Organizada Externa Titular
Roni Angelo Ferrari Sociedade Civil Organizada Externa Suplente

Câmpus Rio Grande

Representantes do corpo docente

Franciane De Lima Coimbra (Titular)
Gustavo Simões Teixeira (Suplente)
Alexandre Machado
Dardo Lorenzo Bornia Junior

Representantes do corpo técnico-administrativo

Ana Paula François
Andreia Alves Pires
Caroline Lacerda Dorneles (Titular)
Rodrigo Costa Fredo (Suplente)

Representantes da sociedade civil

Carlos André Pavão Xavier (Titular)
Luis Carlos Teixeira Zanetti (Suplente)

Câmpus Sertão

Representantes do corpo docente

Cláudio Kuczkowski
Clovis Dalri Marcolin

Representantes do corpo técnico-administrativo

Fábio Roberto Kryszczak
Denise Bilibio

Representantes do corpo discente

Gisele Cechetti
Kalan Felipe Trentin

Representantes da sociedade civil

Marcelo D´agostini
Mayron Roberto Furtado Bispo

Núcleo Avançado de Farroupilha

Representantes do corpo docente

Natálie Pacheco Oliveira (Titular)

Anelise D'Arísbo (Suplente)

Representantes do corpo técnicos-administrativo

Carlos Nichele (Titular)
Douglas Severo Silveira (Suplente)

Representantes do corpo discente

Sandro Lazari (Titular)
Diogo Paniz (Suplente)

Representantes da sociedade civil

Nádia Emer Grasselli (Titular)
Mirtes Verona Vanni (Suplente)

Núcleo Avançado de Feliz

Representante do corpo docente

José Antônio Becker Fank (Titular)

Representantes do corpo técnico-administrativo

Núbia Marta Laux (Titular)
Marinez Silveira Oliveira (Suplente)

Representante do corpo discente

Rafael Henrique Brunetto (Titular)

Representantes da sociedade civil

Sigrid Régia Huve (Titular)
Luis Augusto Tissot (Suplente)

Núcleo Avançado de Ibirubá

Representantes do corpo docente

Edimiar Mânica
Ângelo Mozart Medeiros de Oliveira

Representantes do corpo técnico-administrativo

Aline Terra Silveira
Tatiéli Ceconnello

Representantes do corpo discente

Laura Calegaro Signor
Felipe Ahlert

Representantes da sociedade civil

Cledeci Chiesa (Titular)
Lia Mara Rodrigues (Suplente)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)	20
1.1 Articulação do PDI com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa	20
1.2 Número de cursos de alunos por nível de ensino	23
1.3 Número de bolsas de Iniciação Científica	24
1.4 Número de Linhas, projetos de pesquisa.....	24
1.5 Número de programas, projetos e eventos de extensão	27
1.6 Ações de Superação 2011-2012	28
2 A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS NORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, AS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES.....	30
2.1 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Cursos oferecidos - graduação (tecnológica, licenciatura, bacharelado), técnico, PROEJA, presencial e a distância, pós-graduação lato e stricto sensu.....	30
2.2 Avaliação do processo de atendimento às metas de eficiência e eficácia conforme termo de metas.....	33
2.3 Projeto Pedagógico Institucional – PPI: ensino de especialização lato sensu e educação continuada	34
2.4 Integração entre as propostas de graduação e pós-graduação lato Sensu (verticalização)	35
2.5 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): pesquisa	35
2.6 Políticas institucionais de práticas de investigação, iniciação científica e tecnológica, de pesquisa e formas de sua operacionalização.....	37
2.7 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): extensão	37
2.8 Ações de superação 2011-2012.....	38

3	A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONSIDERA ESPECIALMENTE, À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	40
3.1	Compromisso do IFRS com os programas de inclusão social, ações afirmativas e inclusão digital	40
3.2	Relações do IFRS com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho	40
3.3	Ações de superação 2011-2012.....	41
4	A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	43
4.1	Percepção da Comunidade Acadêmica e Escolar sobre a Comunicação no IFRS.....	44
4.2	Ouvidoria.....	46
4.3	Ações de Superação 2011-2012	46
5	AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO...48	
5.1	Perfil docente - Titulação	48
5.2	Corpo técnico-administrativo	49
5.3	Políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente e formas de sua operacionalização	49
5.4	Ações de Superação 2011-2012	49
6	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.....	51
6.1	Gestão institucional	51
6.2	Ações de Superação 2011-2012	52
7	INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ..	54
7.1	Instalações gerais do IFRS	54

7.2	Ações de superação 2011-2012.....	58
8	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	59
8.1	SPAs e CPA: autoavaliação.....	59
8.2	Avaliações externas.....	59
8.3	Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do SINAES/MEC.....	61
8.4	Ações de superação 2011-2012.....	62
9	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS.....	63
9.1	Políticas de acesso, seleção e permanência e implementação de ações concretas, bem como de seus resultados.....	63
9.2	Descrição do programa de avaliação e acompanhamento de egressos e seus resultados.....	64
9.3	Ações de superação 2011-2012.....	64
10	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	65
10.1	Captação e alocação de recursos.....	65
10.2	Compatibilidade entre o Termo de Metas e a alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de acervo, de equipamentos e materiais.....	67
10.3	Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo.....	67
10.4	Alocação de recursos para apoio discente.....	67
10.5	Aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do ensino básico, técnico, superior e de pós-graduação.....	68
10.6	Ações de superação 2011-2012.....	68

INTRODUÇÃO

Esse relatório busca sintetizar os resultados da autoavaliação institucional do IFRS ao longo do ano de 2011, apresentando ainda uma análise dos avanços e retrocessos nas 10 dimensões dos SINAES em comparação com os resultados de 2010.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), com sede em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O IFRS é constituído por 12 (doze) câmpus, a saber:

Nome	Cidade
Câmpus Bento Gonçalves	Bento Gonçalves
Núcleo Avançado de Farroupilha	Farroupilha
Câmpus Caxias do Sul	Caxias do Sul
Núcleo Avançado de Ibirubá	Ibirubá
Câmpus Erechim	Erechim
Câmpus Osório	Osório
Câmpus Canoas	Canoas
Câmpus Rio Grande	Rio Grande
Núcleo Avançado de Feliz	Feliz
Câmpus Sertão	Sertão
Câmpus Restinga	Porto Alegre
Câmpus Porto Alegre	Porto Alegre

Número de câmpus do IFRS e localização

Em 2011 não houve criação de outros câmpus, sendo que há quatro câmpus em fase de implementação (Viamão, Rolante, Alvorada e Vacaria).

Por força de Lei, o IFRS é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando de prerrogativas com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) estabelece no PDI a missão de “promover a educação profissional e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação humanista, crítica e competente de cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável da região”. O PDI, ao estabelecer os valores do IFRS, garante a todos os seus câmpus a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) **Ética** – Ser referência básica que orientará as ações institucionais;
- b) **Desenvolvimento Humano** – Desenvolver a cidadania, a integração e o bem-estar social;
- c) **Inovação** – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- d) **Qualidade e Excelência** – Promover a melhoria permanente dos serviços prestados;
- e) **Autonomia dos câmpus** – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada câmpus;
- f) **Transparência** – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;
- g) **Respeito** – Valorizar e prestar atenção especial aos alunos, servidores e público em geral;
- h) **Compromisso Social** – Participar efetivamente das ações sociais.

Caracterizado como instituição multicâmpus, o IFRS, no cumprimento de suas obrigações legais e propósitos de ser agente de transformação regional, articula-se com as seguintes finalidades:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

No ano letivo de 2011, o IFRS contou com um total de 12464 estudantes, matriculados em 38 cursos técnico-profissionalizantes de nível médio (integrado, subsequente e Proeja) e 26 cursos de nível superior, distribuídos conforme informações dos quadros abaixo:

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES	
Nº	EIXO TECNOLÓGICO
07	Ambiente, Saúde e Segurança
01	Apoio Educacional
07	Controle e Processos Industriais

07	Gestão e Negócios
01	Hospitalidade e Lazer
04	Informática e Comunicação
04	Produção Alimentícia
01	Produção e Design
05	Produção Industrial
01	Recursos Naturais
TOTAL	38

CURSOS SUPERIORES	Nº	ÁREAS
Cursos Superiores de Tecnologia	14	Gestão Ambiental
		Automação Industrial
		Processos Metalúrgicos
		Logística
		Marketing
		Processos Gerenciais
		Análise e Desenvolvimento de Sistemas
		Sistemas para Internet
		Alimentos
		Viticultura e Enologia
		Design de Moda
		Agronegócio
		Horticultura
		Produção de Grãos
Cursos de Licenciatura	07	Ciências Agrícolas
		Ciências da Natureza – Biologia e Química
		Educação Profissional e Tecnológica
		Física
		Formação Pedagógica de Docentes
		Matemática
		Pedagogia (PARFOR)

Cursos de Engenharia	02	Engenharia Mecânica
		Engenharia de Controle e Automação
Cursos de Bacharelado	02	Agronomia
		Zootecnia
TOTAL		26

Como no ano de 2010, respeitando a característica multicâmpus do IFRS, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), juntamente com as Subcomissões Próprias de Avaliação (SPAs) do IFRS, apresentam os resultados do processo avaliativo realizado em 2011, através do presente Relatório de Autoavaliação, cuja estrutura busca contemplar as dez dimensões do SINAES. Cabe salientar que os instrumentos *online* que possibilitaram a consulta à comunidade interna (que contou com 42% de participação) e o instrumento utilizado para avaliação institucional junto à comunidade externa em 2011 contemplaram, além de questões objetivas, questões descritivas. No entanto, devido à impossibilidade de descrição nesse relatório, as mesmas estão sistematizadas e analisadas nos Relatórios de Autoavaliação dos câmpus e poderão ser verificados pelas Comissões de Avaliação Externas. Nesse sentido, esse Relatório de Autoavaliação pretende apresentar os resultados do processo avaliativo de 2011 de uma forma geral, e caberá às SPAs de cada câmpus disseminar e discutir as possibilidades de implementação das ações de superação específicas a sua realidade junto às suas direções.

O Programa de Avaliação Institucional coordenado pela CPA e pelas SPAs foi organizado de forma a buscar elementos junto às Direções dos câmpus e à comunidade acadêmica. Tais resultados foram cruzados com as metas estabelecidas no PDI, as políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no PPI, bem como no Termo de Metas, buscando identificar os indicadores já alcançados, àqueles que precisam ser consolidados e/ou implantados.

O relato dos resultados, bem como a definição de ações de superação, busca contemplar as especificidades e diversidades de uma instituição multicâmpus e, ao mesmo tempo, possibilitar um olhar geral ao cenário do IFRS.

O conteúdo expresso nesse relatório e nos relatórios específicos dos câmpus será objeto de análise e discussão junto ao CONSUP, Reitoria, Direções e comunidade escolar e acadêmica, como forma de produzir sentidos à avaliação

institucional, consolidar a cultura de autoavaliação no IFRS e contribuir com o planejamento institucional.

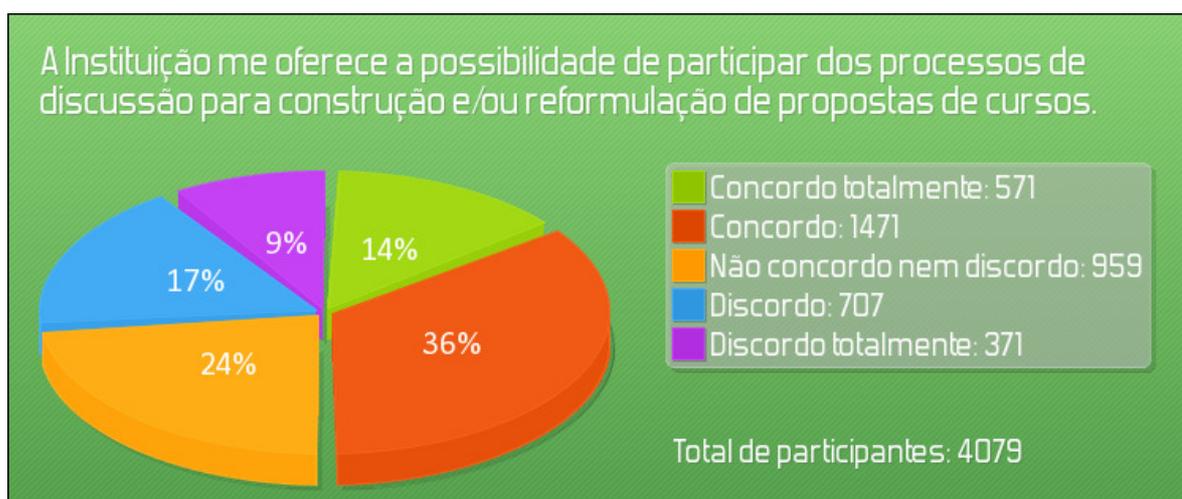
1 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

A dimensão da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional toma proporção fundamental na medida em que o IFRS vem consolidando a proposta de verticalização e de horizontalidade nos âmbitos do ensino básico, técnico, graduação (através dos cursos tecnológicos, engenharias e de licenciaturas), da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, fundamentadas pelas políticas de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociada definidas em 2011 no PPI.

Desta forma, a autoavaliação da Dimensão 1 orienta-se pelos seguintes indicadores:

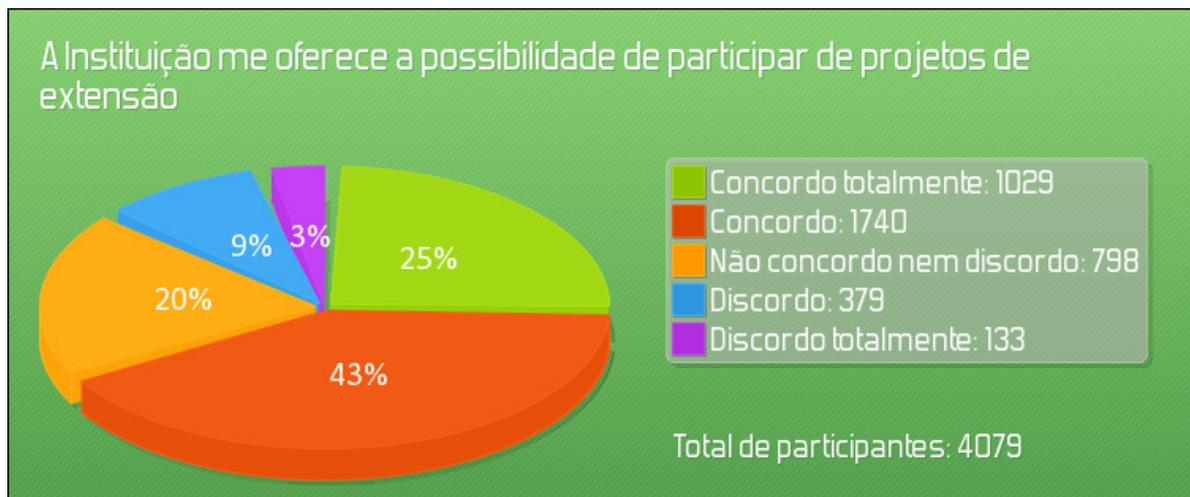
1.1 ARTICULAÇÃO DO PDI COM AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, CONSOLIDAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA INTERNA E COMUNIDADE EXTERNA

O Programa de Autoavaliação do IFRS estabelece alguns indicadores que pretendem identificar, a partir do olhar da comunidade interna e externa, a consolidação e institucionalização das políticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como sua articulação, conforme analisado abaixo:

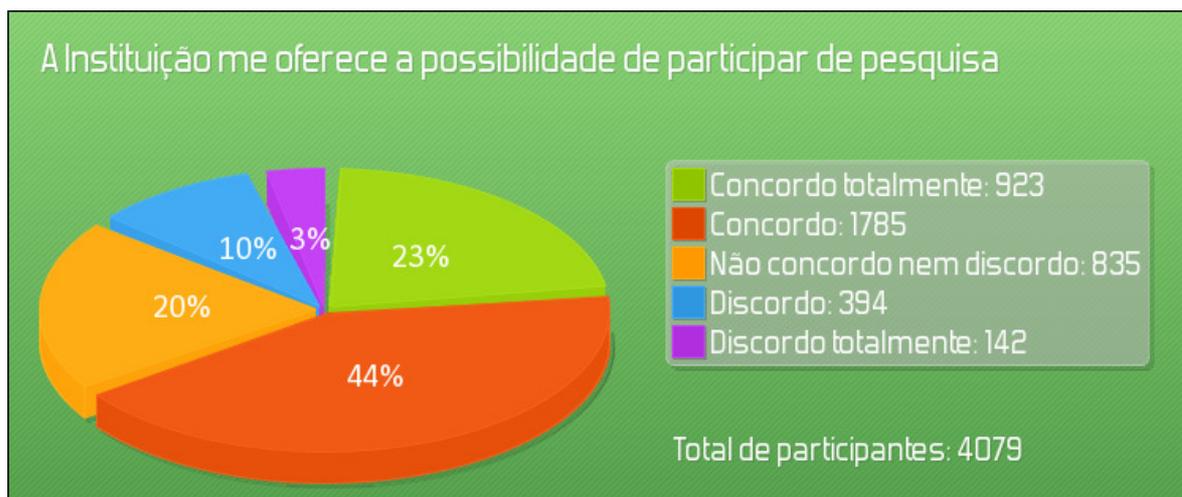


Quanto ao indicador 1, “possibilidade de participar dos processos de discussão para construção e/ou reformulação de propostas de cursos”, observa-se

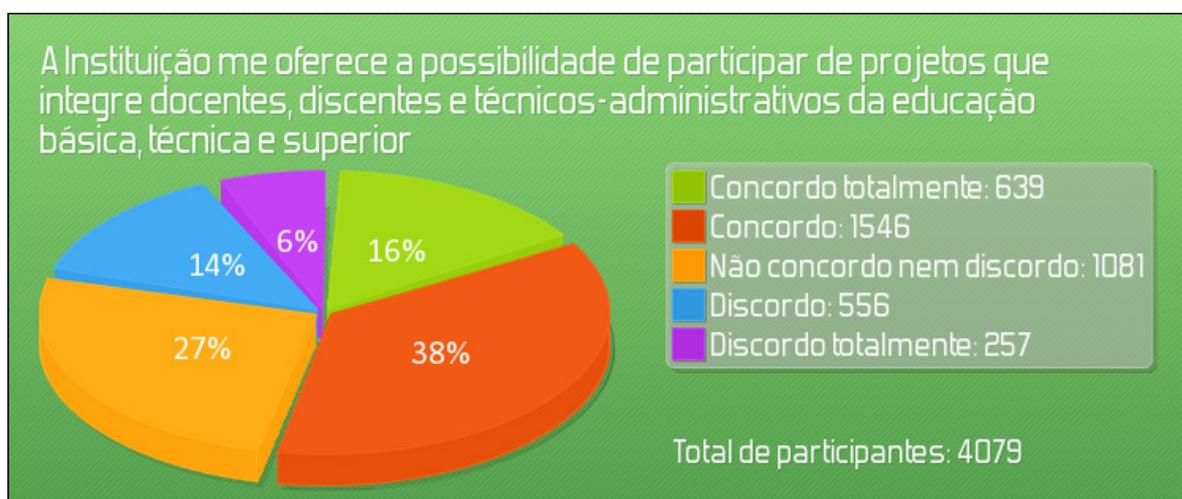
que 50% da comunidade escolar e acadêmica percebe possibilidades de participação nos processos. No entanto, há que considerar que outros 50% encontram-se entre os que não identificam possibilidade de participação nos processos institucionais e de cursos (26%). Entre esses últimos, chama atenção o número significativo (24%) de pessoas que não concordam, nem discordam, o que pode indicar uma indiferença em relação aos processos de participação institucional ou a ausência desses espaços ou a falta de ações de sensibilização para tal.



No indicador 2, “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos de extensão”, observa-se que a grande maioria (68%) da comunidade escolar e acadêmica concorda ou concorda totalmente que existem possibilidades de participação nos programas e projetos de extensão. 32% dos respondentes manifestaram indiferença, discordam ou discordam totalmente da existência de possibilidades de participação nas ações de extensão.



Com relação ao indicador, 3 “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de pesquisa”, 67% dos participantes manifestaram concordar ou concordar totalmente com as possibilidades de participação nas atividades de pesquisa, o que representa um número bastante significativo, considerando que o IFRS tem apenas três anos de existência, contando com muitos câmpus novos. Apenas 13% referiram discordar ou discordar totalmente com a existência de espaços de participação nas ações de pesquisa e 26,% manifestou indiferença.



No indicador 4, “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos que integrem docentes, discentes e técnicos-administrativos da educação básica, técnica e superior”, referente à verticalização do ensino, 54% dos respondentes afirma concordar ou concordar totalmente com as possibilidades de interlocução. No entanto, 20% afirma discordar ou discordar totalmente dessas possibilidades de verticalização e 26% afirma que é indiferente, o que, certamente,

remete para a necessidade de incentivo à construção de espaços e processos para o exercício da verticalização no IFRS.

1.2 NÚMERO DE CURSOS DE ALUNOS POR NÍVEL DE ENSINO

IFRS – CURSOS 2º SEMESTRE 2011						
Câmpus	Téc- nico	Tec- nólogo	Licen- ciatura	Bacha- relado	Especia- lização	Total/ câmpus
Bento Gonçalves	8	5	4	0	2	19
Canoas	4	2	0	0	0	6
Caxias do Sul	4	1	2	0	0	7
Erechim	5	1	0	1	0	7
Farroupilha	8	1	1	0	0	10
Feliz	3	1	0	0	0	4
Ibirubá	5	0	1	0	0	6
Osório	3	1	1	0	0	5
Porto Alegre	19	3	2	0	2	26
Restinga	5	0	0	0	0	5
Rio Grande	8	4	1	0	1	14
Sertão	6	3	2	2	0	13
Total/IFRS	78	22	14	3	5	122

Fonte: SISTEC nov. 2011

IFRS – ALUNOS “EM CURSO” POR MODALIDADE DE CURSO 2º SEMESTRE 2011							
Câmpus	Téc- nico	Tec- nólogo	Licen- ciatura	Bacha- relado	Especia- lização	FIC	Total
Bento Gonçalves	661	435	255	0	30	206	1587
Canoas	236	80	0	0	0	0	316
Caxias do Sul	146	60	92	0	0	76	374
Erechim	385	35	0	47	0	274	741
Farroupilha	564	40	15	0	0	338	942
Feliz	90	29	0	0	0	0	119
Ibirubá	399	0	31	0	0	32	462
Osório	204	30	27	0	0	0	261

Porto Alegre	2149	110	67???	0	58	139	2493
Restinga	267	0	0	0	0	18	285
Rio Grande	1746	284	30	0	0	0	2060
Sertão	689	192	14	137	0	0	1032
Total	7536	1295	486	184	88	1083	10672

Fonte: SISTEC – nov. 2011

1.3 NÚMERO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

NÚMERO DE BOLSAS	BOLSAS DE FOMENTO EXTERNO
10	PROBITI – FAPERGS
10	PROBIC – FAPERGS
30	PIBITI – CNPQ
03	PIBIC – CNPQ
20	PIBIC - EM – CNPQ
TOTAL 73 BOLSAS FOMENTO EXTERNO	

NÚMERO DE BOLSAS	BOLSAS DE FOMENTO INTERNO
71	FOMENTO INTERNO
TOTAL 71 BOLSAS FOMENTO INTERNO	

1.4 NÚMERO DE LINHAS, PROJETOS DE PESQUISA

Atualmente, o IFRS tem constituído 60 grupos de pesquisa, os quais contam com diversas linhas de pesquisa.

	Nome do Líder	Nome do Grupo
1.	Adriano Michel	Biotecnologia e Citogenética Vegetal
2.	Alessandra Nejar Bruno	Biotecnologia animal e vegetal
3.	Aline Silva de Bona	Matemática e suas Tecnologias

4.	Alisson Dalsasso Correa de Souza	Grupo de Desenvolvimento em Mecânica - GDMEC
5.	Ana Cláudia Pereira de Almeida	Pesquisa em Linguística Aplicada
6.	Ana Paula Lemke	Engenharia de Software e Sistemas Autônomos
7.	André Luiz Portanova Laborde	Educação, Ciência e Tecnologia
8.	André Zimmer	Ciência e Tecnologia dos Materiais Cerâmicos
9.	Andréa Poletto Sonza	Acessibilidade Virtual e Tecnologia Assistiva
10.	Ben-Hur Costa de Campos	Ciência e Tecnologia Alto Jacuí
11.	Bianca Smith Pilla	Gestão, Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico e Social
12.	Carlos Alberto Severo Felipe	Resfriamento e Congelamento de Alimentos
13.	Carolina López Israel	Historia Oral Memória e Identidade
14.	Cibele Schwanke	Educação em Ciências da Natureza
15.	Cíntia Mussi Alvim Stocchero	Educação e Saúde
16.	Cláudia Regina Costa Pacheco	NIEPECHS - Núcleo de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão da Área de Ciências Humanas do IFRS Sertão
17.	Claudio Henrique Kray	Gestão Ambiental
18.	Cristina Simões da Costa	Produção Alimentícia
19.	Daniela Lupinacci Villanova	Metalurgia e Materiais IFRS Farroupilha
20.	Eduardo Angonesi Predebon	Estratégia Organizacional, Negócios Internacionais e Governança Corporativa
21.	Eliana Pinho de Azambuja	Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde
22.	Eliane Velasco Simões Portes	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental

23.	Fabiane Cristina Brand	Logística Empresarial
24.	Fabiano Dornelles Ramos	Ciência e Tecnologia dos Materiais
25.	Fernando Machado do Santos	Manejo e Tratos Culturais em Plantas de Lavoura
26.	Flávio Galdino Xavier	Grupo de Pesquisa em Tecnologias de Fabricação Mecânica - GTecFM
27.	Getulio Jorge Stefanello Júnior	Ciências Agrícolas
28.	Giseli Paim Costa	Psicologia e políticas públicas
29.	Hernanda Tonini	Educação, cidadania e turismo
30.	Ivoni Carlos Acunha Junior	Avaliação Energética de Sistemas Térmicos
31.	Juliano Garavaglia	Viticultura e Enologia
32.	Leonardo de Sousa da Rosa	Industrialização de Alimentos
33.	Lizandra Brasil Estabel	Acessibilidade, Leitura e Informação
34.	Lúcia de Moraes Batista	Tecnologia em Alimentos
35.	Luciana Angelita Machado	Resíduos Industriais
36.	Luciano Gomes Furlan	Educação na Tinga
37.	Luciano Gomes Furlan	Nanocompósitos
38.	Magali da Silva Rodrigues	Gerenciamento e Tratamento de Resíduos
39.	Marcia Amaral Corrêa	Educação, Inovação e Trabalho
40.	Marcus André Kurtz Almança	Produção Vegetal
41.	Maria Cristina Caminha de Castilhos Fraga	Cultura, Identidade e Trabalho
42.	Maria da Conceição Hatem de Souza	Formação de Professores
43.	Miguel da Guia Albuquerque	Geotecnologias e Meio Ambiente

44.	Nara Regina Atz	Pesquisa Aplicada a Materiais
45.	Noemi Luciane dos Santos	Leitura, escrita e ensino de línguas
46.	Rafael Campos Vieira	Núcleo de Estudos e Pesquisas Territoriais
47.	Raquel Breitenbach	GERAR - Grupo de Estudos Referentes ao Agronegócio
48.	Roben Castagna Lunardi	Grupo de Informática do IFRS Restinga
49.	Rodrigo Otávio Câmara Monteiro	Engenharia Agrícola
50.	Rogério Xavier Azambuja	Tecnologias em Sistemas de Computação
51.	Rudinei Müller	Práxis: Saberes e Contextos Educativos
52.	Rui Manuel Cruse	Letras e Linguística
53.	Shana Sabbado Flores	Núcleo de Estudos de Gestão para Sustentabilidade
54.	Silvia de Castro Bertagnolli	Inovação Tecnológica e Educação
55.	Simone Caterina Kapusta	Avaliação e Monitoramento Ambiental
56.	Susana Beatris Oliveira Szewczyk	Ensino de Matemática - GEPEMAT
57.	Tânia Jurema Flores da Rosa	NEET - Núcleo de Estudos sobre Educação e Tecnologia
58.	Vanderlei Rodrigo Bettiol	Desenvolvimento de tecnologias ambientais
59.	Vivian Treichel	Bioquímica e fisiologia do exercício físico
60.	Wagner Luiz Priamo	Ciência e Tecnologia de Alimentos

1.5 NÚMERO DE PROGRAMAS, PROJETOS E EVENTOS DE EXTENSÃO

Em 2011, observa-se um crescimento considerável no número de programas, projetos e eventos de extensão, o que pode ser observado no quadro abaixo:

NÚMERO	AÇÕES DE EXTENSÃO NO IFRS
32	Programas de Extensão
174	Projetos de Extensão
140	Eventos de Extensão
122	Cursos de Extensão

1.6 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2011-2012

A partir da análise geral dos dados coletados referentes aos indicadores da Dimensão 1, observa-se que o IFRS teve avanços significativos na implantação da missão e políticas previstas no PPI. No entanto, de forma geral, a CPA indica alguns pontos que ainda necessitam de investimento:

- Rediscutir o PDI, considerando o crescimento da instituição;
- Ampliar e consolidar as ações de pesquisa e inovação no IFRS;
- Ampliar e consolidar as ações de extensão;
- Ampliar os espaços de capacitação de docentes, para a melhoria da qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão;
- Criação de eventos periódicos, visando à interação da comunidade acadêmica e da comunidade externa organizada, em que deverão ser debatidos assuntos pertinentes ao rumo do IFRS e de cada câmpus, resultando nos planos de metas para as áreas de ensino, pesquisa e extensão;
- Ampliar as discussões sobre a verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão, com vistas à implementação de ações concretas e efetivas para além da oferta dos diversos níveis de ensino;
- Aprofundar ações que garantam a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão;
- Intensificar a divulgação de informações relacionadas a Ensino, Pesquisa e Extensão que sejam de interesse da comunidade interna, em especial aos alunos, e trabalhar na sua conscientização a respeito da importância de

acessar o site da instituição periodicamente, bem como da leitura de cartazes e murais nos corredores;

- Desenvolvimento de política para implementação de novos cursos, privilegiando a verticalização e o cumprimento do plano de matas, além do atendimento às necessidades da comunidade e região, com implantação de processo específico de pesquisa e levantamento estatístico.

2 A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS NORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, AS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES

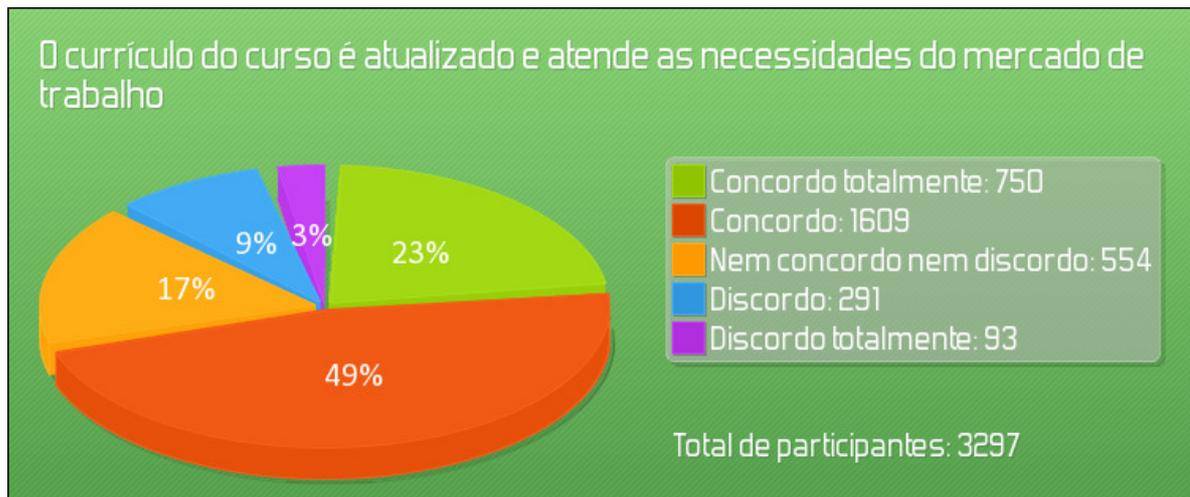
Na perspectiva da consolidação das políticas públicas para os IFs, a dimensão de política de ensino, pesquisa e extensão pensados indissociavelmente, considerando-se os eixos de verticalidade, horizontalidade, tecnologia, cultura e inovação, reveste-se de um significado primordial nos processos cotidianos do IFRS. Se por um lado estas relações estão expressas nos documentos institucionais (PDI e PPI) e nos documentos oficiais, ela pode ser percebida nas ações cunhadas no cotidiano acadêmico, no envolvimento dos docentes e discentes, bem como pelos resultados que produzem e que podem ser analisados pelos instrumentos de avaliação institucional.

Desta forma, apresenta-se análise do Projeto Político Pedagógico do IFRS através dos seguintes indicadores:

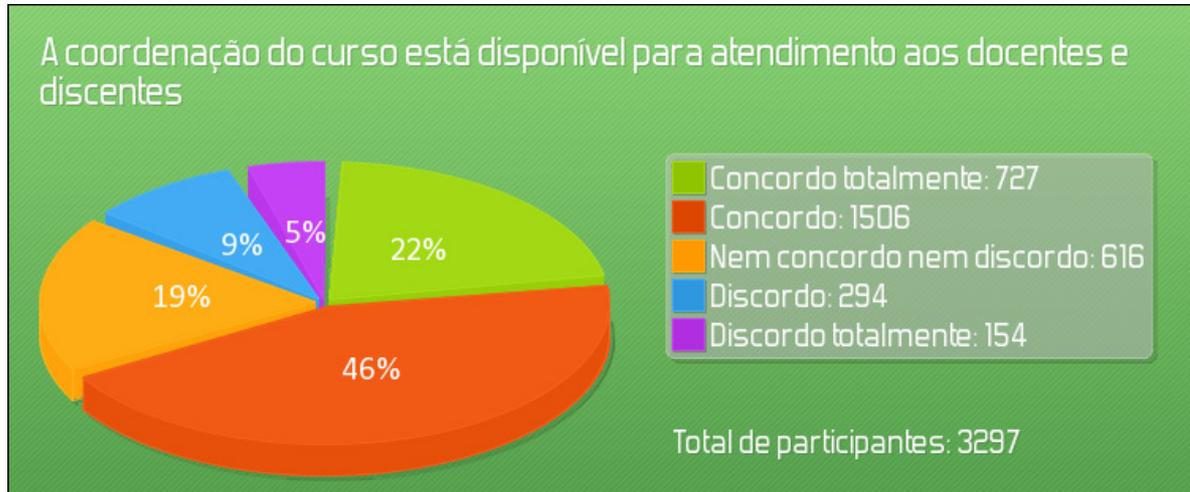
2.1 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI): CURSOS OFERECIDOS - GRADUAÇÃO (TECNOLÓGICA, LICENCIATURA, BACHARELADO), TÉCNICO, PROEJA, PRESENCIAL E A DISTÂNCIA, PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU.

O Projeto Pedagógico Institucional – PPI do IFRS foi implantado em 2011 (Resolução CONSUP nº 109 de 20 de dezembro de 2011), o que representou um avanço em relação às ações de superação apontadas no Relatório de Autoavaliação de 2010. Importante destacar que o PPI do IFRS foi construído a partir de um intenso processo participativo integrando os diversos câmpus e segmentos da comunidade interna do IFRS.

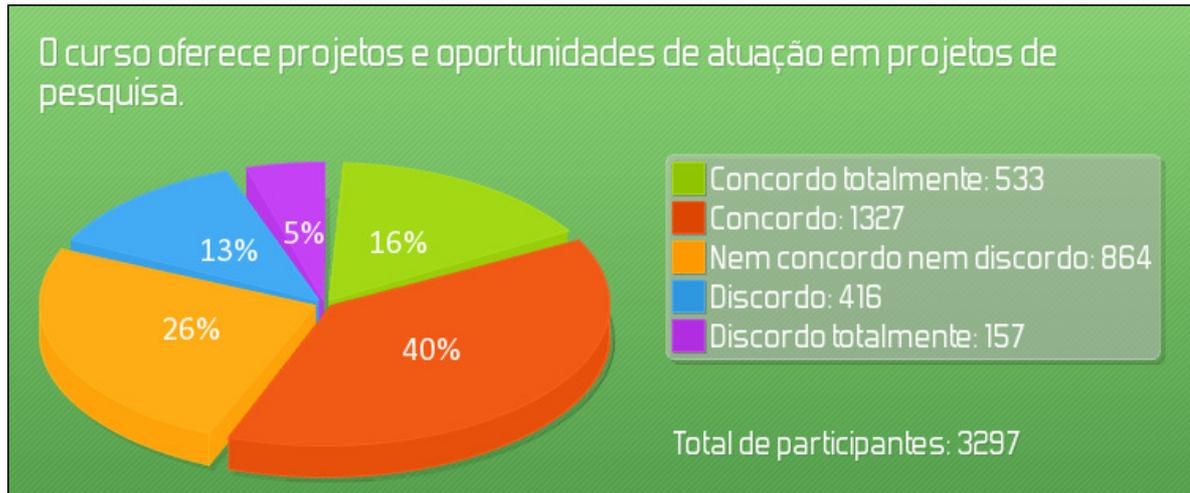
Os instrumentos de avaliação de cursos e de autoavaliação discente visam a identificar a consolidação das políticas definidas no PPI do IFRS, sendo que, conforme Projeto de Autoavaliação, em 2011 seriam respondido pelos estudantes e nos próximos anos pelos docentes e técnicos-administrativos.



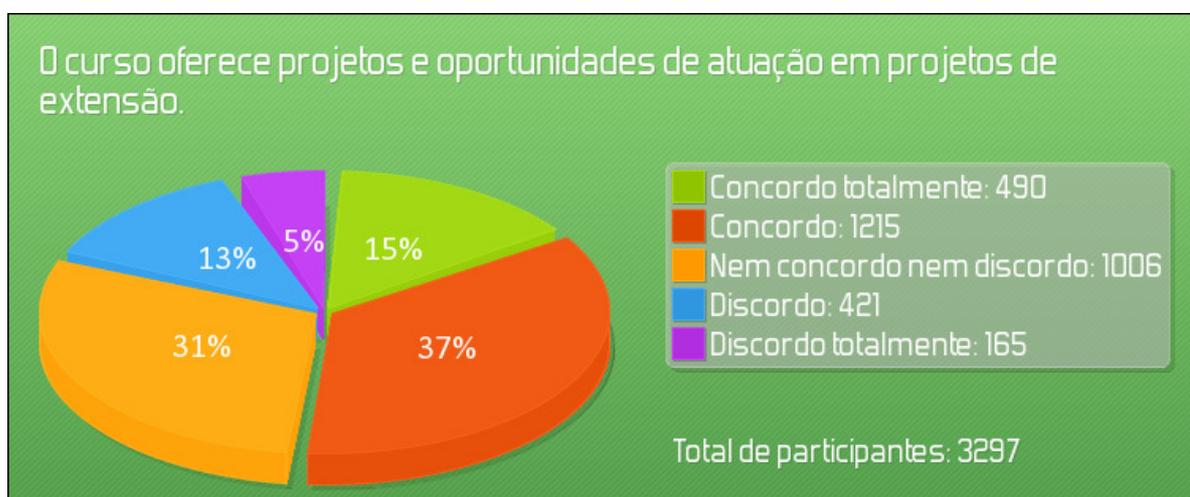
Em relação ao indicador 1, “o currículo do curso é atualizado e atende as necessidades do mercado de trabalho”, percebe-se que 72% dos estudantes respondentes concorda ou concorda totalmente, sendo que apenas 12% dos estudantes discorda ou discorda totalmente. Identifica-se que 17% dos estudantes que participaram da avaliação *online* não concordam nem discordam.



A disponibilidade da coordenação do curso para atendimento aos docentes e discentes é avaliada através do indicador 2 do instrumento de avaliação do curso. 68% dos estudantes que responderam à avaliação posicionaram-se entre concordam e concordam plenamente, sendo que apenas 14% apontam discordar ou discordar plenamente. 19% desses estudantes demonstram nem concordar nem discordar.



No indicador 4, “o curso oferece projetos e oportunidades de atuação em projetos de pesquisa”, identifica-se que 56% dos estudantes que participaram da avaliação institucional *online* concordam ou concordam totalmente com essa possibilidade, sendo que apenas 18% dizem discordar ou discordar totalmente. No entanto, 26% dos estudantes apontam que não concordam nem discordam, os quais, somados àqueles com percepção negativa sobre as possibilidades de participação em pesquisa, têm uma representatividade significativa (44%). Nesse sentido, pode-se inferir que as políticas de pesquisa propostas no PDI ainda estão em fase de implementação, necessitando de maior investimento no desenvolvimento da cultura investigativa inerente à pesquisa, assim como na pesquisa como princípio educativo, conforme prevê o documento, transversalizando os currículos e tornando-se perceptível aos estudantes.



O indicador 5 desse instrumento de avaliação, “o curso oferece projetos e oportunidades de atuação em projetos de extensão”, apresenta como resultado 52% de estudantes que concordam ou concordam totalmente com a existência dessas oportunidades. Apenas 18% desses estudantes aponta que discorda ou discorda totalmente da existência das possibilidades de participação na extensão. No entanto, há que considerar a percentagem significativa de 31% desses estudantes que referem nem concordar nem discordar, o que pode indicar que os mesmos não têm a compreensão do que significam programas e projetos de extensão.

2.2 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ATENDIMENTO ÀS METAS DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA CONFORME TERMO DE METAS

A partir do Plano de Ação 2011 desenvolveram-se atividades para atender a este índice. Destacam-se a oferta de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Superior (BICTES), Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico (BICET) e o Programa de Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPTC) totalizando a oferta de 8 (oito) bolsas e 4 (quatro) auxílios através de edital de fomento interno organizado pela Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI). Foi implementado pela Comissão de Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE) um edital de fomento interno de projetos de extensão com 16 (dezesesseis) bolsas. Esta ação possibilitou uma maior participação dos alunos em atividades de pesquisa e extensão e sua divulgação promoveu a ampliação do número de bolsistas em projetos desta natureza também de forma voluntária.

Destacamos, ainda, o programa de bolsa permanência. Este programa tem como objetivo complementar o processo de aprendizagem ao permitir que os alunos desenvolvam atividades ligadas à sua área de formação durante 20 horas semanais nos setores do Câmpus Rio Grande.

2.3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI: ENSINO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU E EDUCAÇÃO CONTINUADA

O PPI do IFRS define que “os programas e cursos de pós-graduação no IFRS devem assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional”. Define, também, que o ensino de Pós-Graduação se organizará nos formatos *lato sensu* e *stricto sensu*, respeitado o princípio da aplicabilidade investigativa, bem como de seu caráter profissional, confirmando a necessária articulação com o PDI, considerando: a prática do ensino e da pesquisa, o ensino e a pesquisa como atividade estratégica de verticalização do ensino, o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica e a formação de profissionais para a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica.

A educação continuada é considerada no PPI como um processo contínuo e permanente, apontando que a instituição deve criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação estejam inseridos nesse universo através da criação de oportunidades de formação continuada. É importante destacar que o documento define o curso de Licenciatura em Educação Profissional como uma das principais estratégias de formação continuada do Instituto, atendendo o público interno (docentes e técnico-administrativos) e o público externo.

Considerando que essas definições são bastante recentes no IFRS, com a conclusão do PPI no final de 2011, aponta-se a importância do acompanhamento da autoavaliação institucional em relação a essas ações.

Assim como em 2010, observa-se que a iniciativa de verticalização e horizontalidade no desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão ainda não ocorre de forma uniforme no IFRS, o que se constitui em grande desafio para os próximos anos de implementação do PDI.

Destaca-se, ainda, que a oferta de cursos *lato sensu* no IFRS ainda é bastante tímida, o que indica a necessidade de um esforço da gestão na ampliação dessa oferta. Além disso, o IFRS ainda aguarda a autorização da CAPES para o início das atividades do seu primeiro Mestrado Profissional em “Educação e Tecnologia em Meio Ambiente”.

2.4 INTEGRAÇÃO ENTRE AS PROPOSTAS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (VERTICALIZAÇÃO)

De acordo com o PPI do IFRS (2011), a instituição

estrutura a sua prática através da verticalização do ensino, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem nos diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos, estabelecendo itinerários formativos, por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão busca superar o modelo hegemônico de educação, possibilitando que o conjunto de saberes produzidos no IFRS perpassasse os níveis e modalidades de ensino oferecidas pela Instituição.

Atualmente, a atuação dos docentes nos diferentes níveis e modalidades permite que o processo educacional privilegie a reconstrução de saberes por meio da dialogicidade, possibilitando a reflexão constante sobre o agir pedagógico. No entanto, considerando que a verticalização do ensino no IFRS ainda se concentra, timidamente, entre o ensino profissionalizante de nível médio e a graduação, aponta-se como necessidade a ampliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, bem como o esforço para integrar docentes e estudantes na perspectiva da verticalização.

2.5 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI): PESQUISA

Segundo o PPI do IFRS (2011), a instituição “tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de nossa região.”

Para tanto, define que as pesquisas a serem realizadas deverão harmonizar-se com o Projeto Pedagógico da Instituição e sua implementação ocorrerá mediante a adoção de procedimentos que se consistirão, principalmente, em:

- buscar alternativas de fomento às ações de pesquisa;
- realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa, firmar e manter intercâmbio com instituições científicas, visando firmar contatos sistemáticos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- criar mecanismos de avaliação e divulgação da produção científica e tecnológica realizada no Instituto;
- promover simpósios destinados ao debate de temas científicos, técnicos, tecnológicos e pedagógicos;
- disponibilizar recursos audiovisuais, de informática e acervo bibliográfico atualizado;
- possibilitar participação em eventos científicos, técnicos, tecnológicos e pedagógicos que possam sensibilizar e motivar educandos e trabalhadores em educação ao desenvolvimento da prática de pesquisa, sobretudo aqueles que desempenham atividades profissionais articuladas com os eixos temáticos estratégicos pesquisados na própria Instituição;
- promover o cadastramento das pesquisas institucionais e o fortalecimento dos eixos temáticos estratégicos, procurando expandi-los e/ou associá-los às atividades de ensino e extensão;
- criar núcleos e programas de pesquisa atrelados ao ensino de nível técnico, de graduação e de pós-graduação;
- captar recursos para o desenvolvimento de programas especiais;
- disponibilizar o acesso às bases de dados nacionais e internacionais de artigos científicos;
- buscar fomentos externos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação;
- buscar a aproximação e a integração com os setores produtivos.

Em 2010, o IFRS apresentava um cenário de 37 grupos de pesquisa. Com a estruturação dos câmpus novos e com o fortalecimento dos câmpus mais antigos, atualmente o IFRS conta com 60 grupos de pesquisa. Esse crescimento pode ter sido estimulado pelas políticas de fomento interno e pelas possibilidades de

participação em bolsas de fomento externo, além do trabalho efetivo das direções e/ou coordenação de pesquisa e da implantação das Comissões de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI) nos câmpus do IFRS. Entretanto, apesar do crescimento significativo da pesquisa no IFRS, cabe destacar a importância do investimento e do acompanhamento da implementação dos procedimentos definidos no PPI.

2.6 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, DE PESQUISA E FORMAS DE SUA OPERACIONALIZAÇÃO

O IFRS implantou em 2010 o Núcleo de Inovação Tecnológica. No entanto, ao longo de 2011, as discussões do regimento e normativas não avançaram. Cabe ainda destacar que o NIT/IFRS ainda não conta com uma equipe própria, o que dificulta as ações e processos de inovação tecnológica nos câmpus.

2.7 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI): EXTENSÃO

O PPI do IFRS define que a ação extensionista é compreendida como a prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuir e a humanizarem o mundo do trabalho. É por meio da extensão que o Instituto contribui de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos saberes.

O IFRS objetiva, do ponto de vista das políticas de extensão: a otimização das relações de intercâmbio institucional com a sociedade voltadas para a reflexão-ação em torno das necessidades sócio-educacionais e econômicas locais e regionais; a divulgação do conhecimento produzido no Instituto; o fortalecimento das ações conjuntas envolvendo ensino, pesquisa e extensão em consonância com as necessidades sociais; a promoção de atividades de extensão em todos os câmpus do instituto, bem como em seus núcleos avançados; a captação e a oferta de recursos destinados ao incentivo e apoio às ações extensionistas; a divulgação das

ações para reforçar e ampliar parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, no âmbito da união, do estado e dos municípios, visando a contribuir para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade. Em 2011, observou-se um crescimento efetivo nas ações de extensão em todas as suas dimensões: programas, projetos, ações e eventos.

2.8 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2011-2012

A partir da análise geral dos dados coletados referentes aos indicadores da Dimensão 2, observa-se que o IFRS apresentou avanços significativos em 2011, dentre eles a discussão, construção e implementação do PPI, ausência essa apontada como fragilidade no Relatório de Autoavaliação de 2010. A ampliação de projetos de pesquisa e ações de extensão em todos os câmpus também foi percebida como avanço em relação a 2010. No entanto, cabe destacar algumas questões que, de forma geral, merecem atenção na definição de ações de superação:

- Continuidade de implementação e consolidação das ações de pesquisa e extensão em todos os câmpus;
- Necessidade de políticas, regulamentação e ações gerais no que se refere à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, privilegiando, também a verticalização;
- Ampliação da pós-graduação *lato e stricto sensu*;
- Consolidação dos programas de fomento à pesquisa e à extensão;
- Implementação de um Programa Institucional de Apoio à Participação em Eventos Científicos e à publicação dos resultados das ações de pesquisa e extensão;
- Consolidação da política de encargos didáticos, definindo a dedicação docente para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Conclusão da infraestrutura necessária aos câmpus para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Ampliar a política de cotas no processo seletivo já existente em alguns câmpus;

- Implantação de ações efetivas para atendimento às metas de eficiência e eficácia;
- Incrementar os convênios e as parcerias com empresas públicas e privadas, bem como parcerias interinstitucionais com IFs, bem como com instituições de ensino nacionais e internacionais.

3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONSIDERA ESPECIALMENTE, À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O IFRS, como instituição de ensino público federal e voltado à formação técnica, tecnológica, científica e cultural, busca consolidação das políticas de inclusão com base no compromisso social, através dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, propõe-se o levantamento de dados e informações quantitativos e qualitativos para subsidiar possíveis análises e alimentar a construção de indicadores em relação ao compromisso e responsabilidade social.

3.1 COMPROMISSO DO IFRS COM OS PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL, AÇÕES AFIRMATIVAS E INCLUSÃO DIGITAL

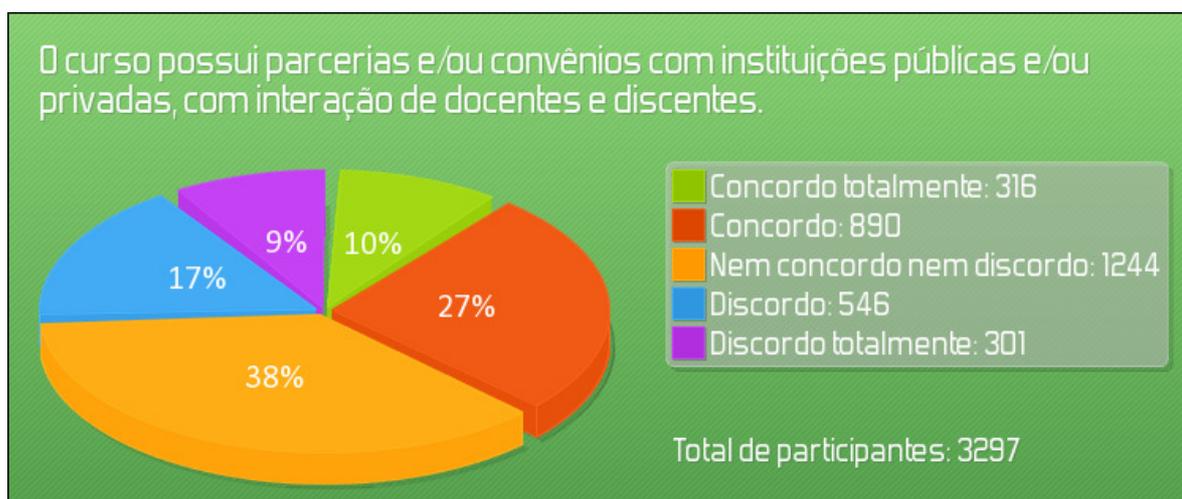
O IFRS vem construindo sua política de inclusão social, de ações afirmativas e inclusão digital. O que se observa é que os câmpus têm caminhadas diferentes em relação a essas ações, com experiências significativas relacionadas às ações afirmativas e inclusão digital. Uma iniciativa comum refere-se à implantação do NAPNE, que, conforme definido no PPI do IFRS:

tem objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei 10.098/00, Lei 10.048/00, Decreto 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT). (p.29)

3.2 RELAÇÕES DO IFRS COM O SETOR PÚBLICO, O SETOR PRODUTIVO E O MERCADO DE TRABALHO

De forma geral, observa-se que todos os câmpus do IFRS empreendem esforços e realizam ações que vêm ampliando as relações com o setor público, o setor produtivo e com o mercado de trabalho. Tais ações ocorrem, especialmente, através dos cursos, da gestão e da área de comunicação.

O instrumento de avaliação de curso do IFRS busca identificar as parcerias e/ou convênios com instituições públicas e/ou privadas, com interação entre docentes e discentes, na percepção do estudante:



Analisando os resultados, pode-se perceber que apenas 37% dos estudantes que participaram da avaliação institucional *online* concordam totalmente ou concordam com a existência dessas ações. 26% dos estudantes apontam que discordam ou discordam totalmente da existência de tais parcerias em seus cursos. Um percentual significativo de alunos 38% refere nem concordar nem discordar. Tais resultados apontam para a necessidade do IFRS e seus cursos ampliarem as parcerias com as instituições públicas e privadas, com envolvimento maior dos estudantes.

3.3 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2011-2012

Com o levantamento da operacionalização das ações que atendem aos indicadores dispostos na Dimensão 3, observa-se que o IFRS vem perseguindo o atendimento das metas e objetivos definidos no PDI em relação às ações de inclusão social, inclusão digital e ingresso e permanência dos estudantes, com

caminhadas bastante distintas entre seus câmpus. Em relação ao Relatório de autoavaliação de 2010, não se percebe avanços significativos nesse cenário. Assim sugere-se:

- Implementar ampla discussão sobre as políticas de inclusão, acesso e permanência definidos no PPI, com vistas à implementação de ações concretas em todos os câmpus;
- Promover o diálogo entre os câmpus de forma a divulgar as ações já realizadas com sucesso no âmbito da inclusão, do acesso e da permanência.
- Ampliar as parcerias com as instituições públicas e privadas, bem como com o mercado de trabalho, com maior envolvimento dos estudantes.

4 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A dimensão em questão permite verificar se as práticas institucionais estão respondendo às demandas sociais, identificando o posicionamento e a identidade do IFRS no cenário vigente. A comunicação também contribui para o fortalecimento do compromisso institucional com a comunidade acadêmica, com o fortalecimento da sua equipe de técnicos-administrativos e docentes, abrindo espaço para a participação efetiva destes atores como agentes de transformação do cenário do IFRS e, mais amplamente, junto à comunidade científica e sociedade civil.

O PDI do IFRS, através do plano de gestão, propõe o objetivo de *difundir informações*, definindo ações como a constituição de políticas e ações de difusão e integração com as comunidades internas e externas; criação de mecanismos de comunicação entre os câmpus; e, criar e manter um canal permanente com a mídia.

A comunicação com a sociedade no IFRS é coordenada pela Assessoria de Comunicação, que definiu metas e ações, quais sejam:

- Produção de material de divulgação institucional e atualização dos sítios eletrônicos da Reitoria e dos câmpus: vídeos institucionais para os câmpus e para a Reitoria; folders de todos os câmpus e com todos os cursos do IFRS; boletins informativos online (newsletter); matérias e releases sobre projetos e ações do IFRS; *press-kit*; banners para todas as pró-reitorias e para os câmpus; sites para os câmpus em implantação; atualização constante de todos os endereços eletrônicos do IFRS; rádio *web*; tv *web*.
- Orientação aos gestores e demais servidores para a consolidação do relacionamento com a mídia: essas ações têm a finalidade de preparar as fontes e os porta-vozes da instituição para apresentar de modo eficiente a divulgação do conhecimento desenvolvido na instituição e levar ao cidadão, e à sociedade em geral, as oportunidades proporcionadas pelo IFRS, através da Organização de *media training*; elaboração e manutenção de “catálogo de fontes”.
- Informar dirigentes e demais servidores da Reitoria e dos câmpus sobre notícias da área da Educação: manter os servidores informados sobre o IFRS e outras notícias da área da Educação. Com esse propósito foi realizada a

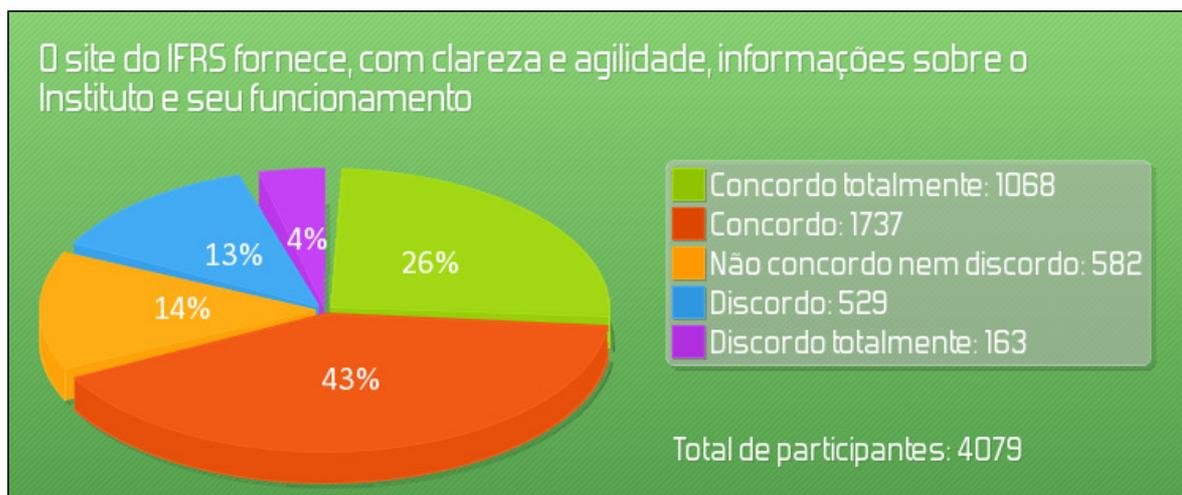
clippagem de matérias referentes, as quais foram enviadas para todos os servidores. No total, foram enviados 133 boletins.

- Regimentar a padronização da Comunicação Institucional: assegurar a coerência e a unidade de comunicação do Instituto com a sociedade. Foi prevista a elaboração do Manual de Padronização da Comunicação Institucional, o qual foi elaborado, submetido ao parecer do Colégio de Dirigentes e publicado no *site*.
- Organização de eventos: planejamento e coordenação de inaugurações de câmpus e aulas inaugurais; auxiliar na organização de audiências públicas; treinamento sobre cerimonial aos câmpus e à Comunicação da Reitoria.
- Organizar a identidade visual: divulgar a instituição de forma padronizada, assegurando a coerência e a unidade de comunicação do IFRS, através de crachás de identificação de servidores; placas de sinalização interna para os câmpus em implantação; fachada dos câmpus em implantação; envelopes para todos os câmpus e Reitoria; agenda diária; placas rodoviárias para as 12 cidades na quais o IFRS tem câmpus; identificação dos veículos de serviço e institucionais; pastas para eventos.

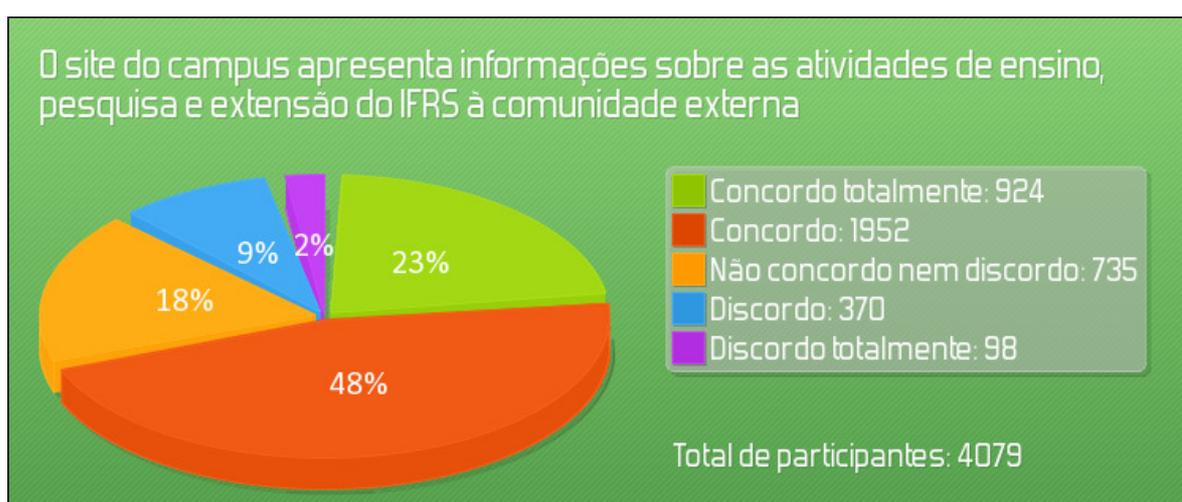
De uma forma geral, percebe-se que as metas definidas estão, ainda, em implantação, necessitando de esforço para sua consolidação, o que pode ser observado pela manifestação da comunidade interna através dos resultados dos instrumentos de avaliação.

4.1 PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA E ESCOLAR SOBRE A COMUNICAÇÃO NO IFRS

A percepção da comunidade acadêmica e escolar do IFRS sobre a comunicação no IFRS pode ser analisado através dos indicadores 5 e 6 do instrumento de avaliação institucional.



No que se refere ao indicador 5, “o site do IFRS fornece, com clareza e agilidade, informações sobre o Instituto e seu funcionamento”, a comunidade acadêmica se manifesta em 69% concordando totalmente ou concordando. Apenas 17% afirma discordar e discordar totalmente. Tais números evidenciam que o site tem sido um importante instrumento de comunicação com a comunidade interna do IFRS. No entanto, 14% manifestam que não concordam nem discordam, o que pode comprometer a comunicação interna do IFRS, uma vez que o IFRS é uma instituição que abrange grande faixa de territorialidade e que depende, em grande parte, do site institucional para a comunicação com a comunidade escolar e acadêmica.



Em relação ao indicador 6, “o site do câmpus apresenta informações sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRS à comunidade externa”, 71% da comunidade escolar e acadêmica manifesta-se por concordar ou concordar totalmente, o que representa um dado bastante significativo em relação à sociedade como um todo. Apenas 11% dos participantes na avaliação *online* apontam

discordar e discordar totalmente. No entanto, 18% referem que não concordam nem discordam, o que deve ser objeto de preocupação para a área de comunicação do IFRS, já que pode representar uma grande parcela de pessoas que não têm interação com o site do IFRS.



Ainda na Dimensão “Comunicação com a Sociedade”, observa-se que 59% dos participantes manifestam concordar ou concordar totalmente com o indicador 7, “os meios de comunicação utilizados pelo IFRS são adequados para divulgar suas atividades a comunidade”, sendo que 20% manifestam discordar ou discordar totalmente, e os demais 20% não concordam nem discordam. Tais números parecem revelar que este é um indicador que merece atenção da parte dos dirigentes e da área de comunicação do IFRS como um todo.

4.2 OUVIDORIA

Em 2011 a CPA, juntamente com as SPAs, encaminhou à Reitoria ofício alertando quanto à necessidade de implementação da ouvidoria do IFRS.

4.3 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2011-2012

No que se refere à Dimensão 4, percebe-se que o IFRS vem trabalhando na implantação de processos que possibilitem e ampliem a comunicação com a

sociedade. No entanto, como em 2010, podem-se apontar algumas possibilidades de melhoria nos processos de comunicação, quais sejam:

- Incrementar a representação do câmpus em associações, conselhos e entidades representativas;
- Incentivar a realização de ações de ensino, pesquisa e extensão que envolvam a comunidade interna e externa;
- Criar e qualificar estratégias que melhorem a comunicação entre os setores do câmpus e a direção;
- Criar e qualificar estratégias que melhorem a comunicação entre os setores dos câmpus e a comunidade acadêmica;
- Implementar a ouvidoria.

5 AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

As políticas de pessoal e de carreira do corpo docente e técnico-administrativo estão descritas no PDI do IFRS. O plano de carreira de docentes e de técnicos-administrativos ainda está em fase de implementação.

5.1 PERFIL DOCENTE - TITULAÇÃO

A análise dos quadros permite observar que houve um crescimento significativo em relação à titulação dos docentes do IFRS, com maior concentração entre mestres e doutores. Esse cenário é bastante positivo no que se refere às avaliações externas, na medida em que a maioria dos cursos de graduação do IFRS entra em processo de reconhecimento de curso me 2012. No entanto, há que se atentar para áreas e câmpus cujos docentes não estão concentrados entre mestres e doutores. Essa é uma das preocupações pontuais da CPA, e a questão foi alvo e encaminhamento de ofício à Reitoria em 2011.

Docentes Efetivos	Número	Percentual
Nº de docentes graduados	44	7,4
Nº de docentes especialistas	79	13,29%
Nº de docentes mestres	317	53,36%
Nº de docentes doutores	154	25,92%
Total	594	100%

Total de docentes do IFRS com titulação – 2011

5.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Percebe-se, pela análise do quadro abaixo, que o número de servidores técnicos-administrativos cresceu significativamente (de 377 em 2010 para 479 em 2011), o que representa um avanço em relação às ações de superação indicadas em 2010.

Classe dos Técnicos	Número	Percentual
Classe A	34	7,09%
Classe B		
Classe C	70	14,6%
Classe D	203	42,3%
Classe E	172	35,9%
Total	479	100%

Total de técnicos-administrativos do IFRS por categoria - 2011

5.3 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DOCENTE E FORMAS DE SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Os relatórios das SPAs demonstram que os câmpus desenvolvem ações diferenciadas em relação à capacitação e acompanhamento do trabalho docente (ações como processos de acompanhamento e de avaliação do estágio probatório, formação pedagógica continuada, apoio à participação em eventos, dentre outros). No entanto, percebe-se a necessidade de uma política específica de capacitação docente para o IFRS.

5.4 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2011-2012

As propostas de ações de superação levantadas pelas SPAs junto às direções dos câmpus podem ser descritas de forma geral, conforme segue:

- Implantar um Fórum Permanente de Formação Docente;

- Promover cursos de aperfeiçoamento e formação aos servidores;
- Realizar concurso público para suprimento das necessidades dos câmpus em relação ao quadro de técnicos-administrativos;
- Incentivo à realização de cursos de pós-graduação, através do aumento de afastamentos parciais e/ou totais e de subsídios aos docentes em formação;
- Revisão da distribuição da carga horária do docente 40 horas DE, a fim de permitir um equilíbrio maior entre os três eixos do trabalho do mesmo, a saber, ensino, pesquisa e extensão. Vale lembrar que, no IFRS, ainda há, em virtude da carência de professores, uma dedicação superestimada à área do ensino, o que compromete, infelizmente, a atuação efetiva desses nos setores de pesquisa e extensão;
- Incentivo à capacitação dos técnicos administrativos, através da liberação para realização de cursos, inclusive de pós-graduação, e do fornecimento de subsídios.

6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

Esta dimensão está relacionada à organização e à gestão do IFRS, especialmente no que se refere a questão da representatividade dos colegiados e órgãos representativos, sua dependência e autonomia, bem como a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios. Através do instrumento de avaliação institucional, pode-se analisar a percepção da comunidade interna em relação à gestão do IFRS.

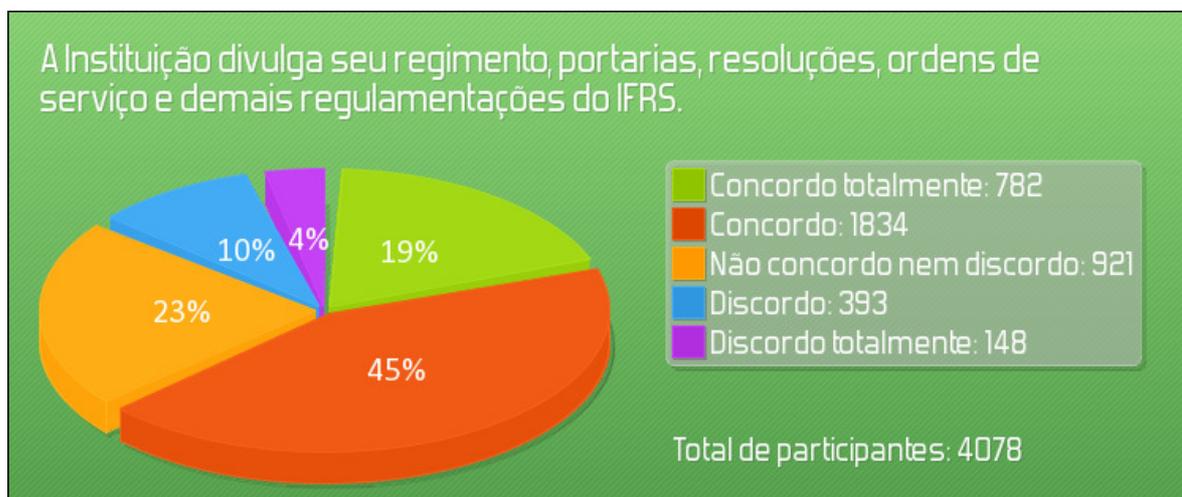
6.1 GESTÃO INSTITUCIONAL

A gestão institucional no IFRS pode ser analisada a partir dos resultados relativos aos indicadores 8 e 9 do instrumento de avaliação institucional.



No indicador 8, “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de Conselhos, Comissões, Colegiados e/ou Grupos de Trabalho no IFRS”, 61% dos participante posicionam-se entre concordar totalmente e concordam. Entre os que discordam e discordam totalmente identifica-se 16%, o que representa uma pequena parcela da comunidade escolar e acadêmica. Entretanto, 23% manifestam que não concordam nem discordam, o que pode representar uma parcela significativa da

comunidade que não está tendo a oportunidade de participar ativamente da gestão do IFRS como representantes nos conselhos, comissões, colegiados ou grupos de trabalho, especialmente se somados àqueles que discordam e discordam totalmente (totalizando 39% da comunidade escolar e acadêmica).



Com relação ao indicador 9, “a Instituição divulga seu regimento, portarias, resoluções, ordens de serviço e demais regulamentações do IFRS”, observa-se que 64% dos participantes avalia que concorda ou concorda totalmente. 14% julga discordar ou discordar totalmente, e 23% manifesta-se por não concordar nem discordar. Pode-se levantar a hipótese de que quase metade dos participantes não teve acesso aos documentos legais do IFRS, o que remete a uma ação pontual de divulgação e discussão desses documentos que orientam a missão e os processos institucionais.

6.2 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2011-2012

A CPA e SPAs, ao promoverem a autoavaliação nos câmpus e na Reitoria, contribuíram para a percepção sobre as possibilidades de participação da comunidade acadêmica, bem como de sua inclinação a participar de comissões, conselhos, dentre outros. Pode-se apontar como ações de superação para 2012:

- Implementar o Regimento dos câmpus;
- Melhorar a participação da sociedade civil organizada em conselhos representativos;

- Ampliar e qualificar os canais de divulgação, para que um maior conjunto de pessoas seja informada das ações executadas pelos conselhos e órgãos colegiados;
- Implementar uma política institucional de apoio aos Diretórios Acadêmicos;
- Qualificar ainda mais o processo de divulgação das portarias, regimentos e ordens de serviços;
- Ampliar os mecanismos de participação da comunidade acadêmica nos processos de gestão e organização da instituição, a fim de tornar mais horizontal e democrático o seu funcionamento e/ou desenvolvimento.

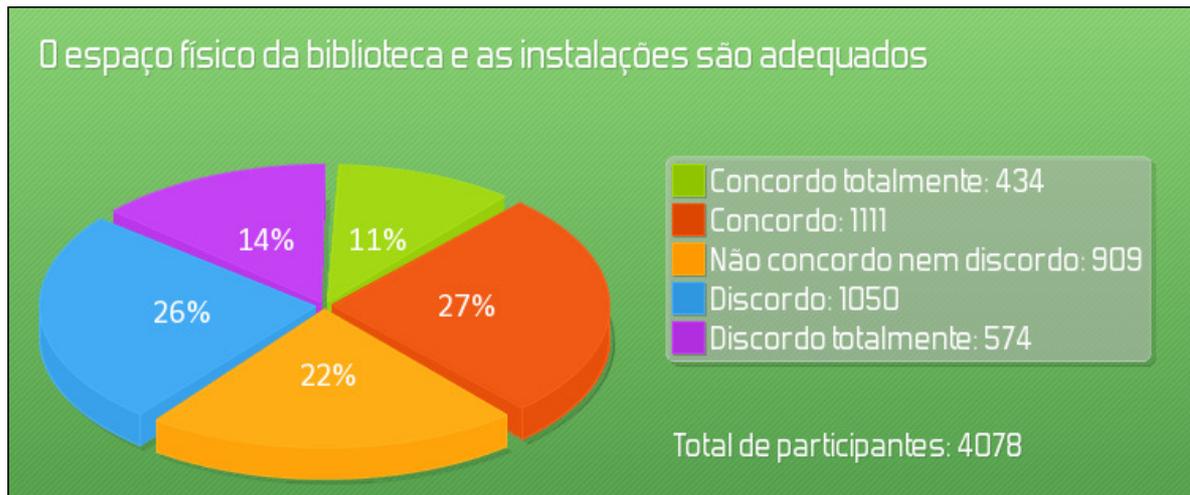
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

7.1 INSTALAÇÕES GERAIS DO IFRS

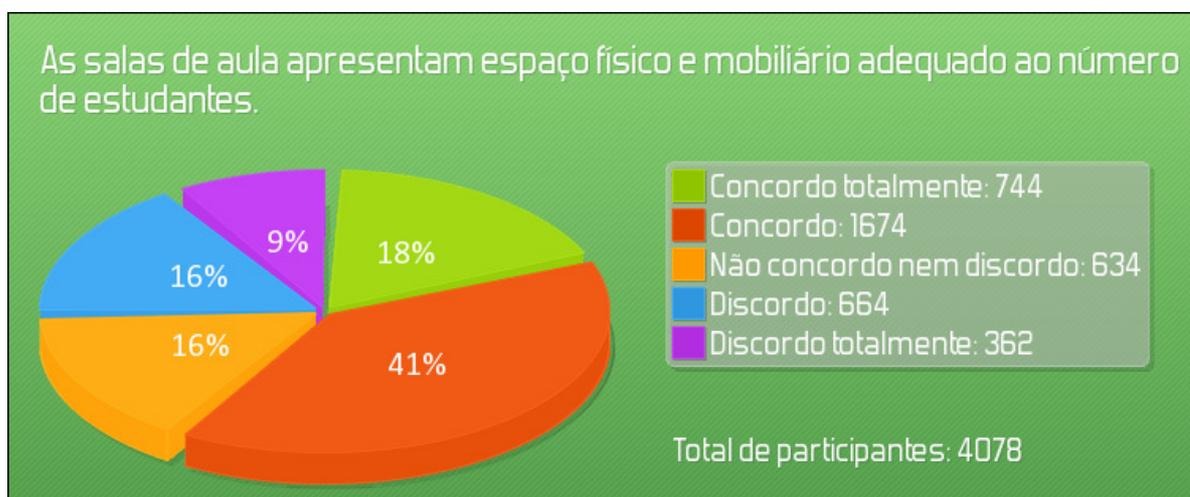
As instalações gerais do IFRS podem ser analisadas pelos resultados dos indicadores 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do instrumento de avaliação institucional, conforme segue:



A análise dos resultados demonstra que apenas 32% dos participantes da avaliação institucional *online* concorda plenamente ou concorda que o acervo do IFRS tem qualidade e quantidade de livros na biblioteca adequados (indicador 10). 24% não concordam ou discordam. O resultado 43% que responderam que discordam ou concordam totalmente supera a percepção positiva, o que indica que o IFRS e seus câmpus precisam continuar investindo na aquisição das obras necessárias, tanto no que se refere a quantidade quanto à qualidade no acervo.



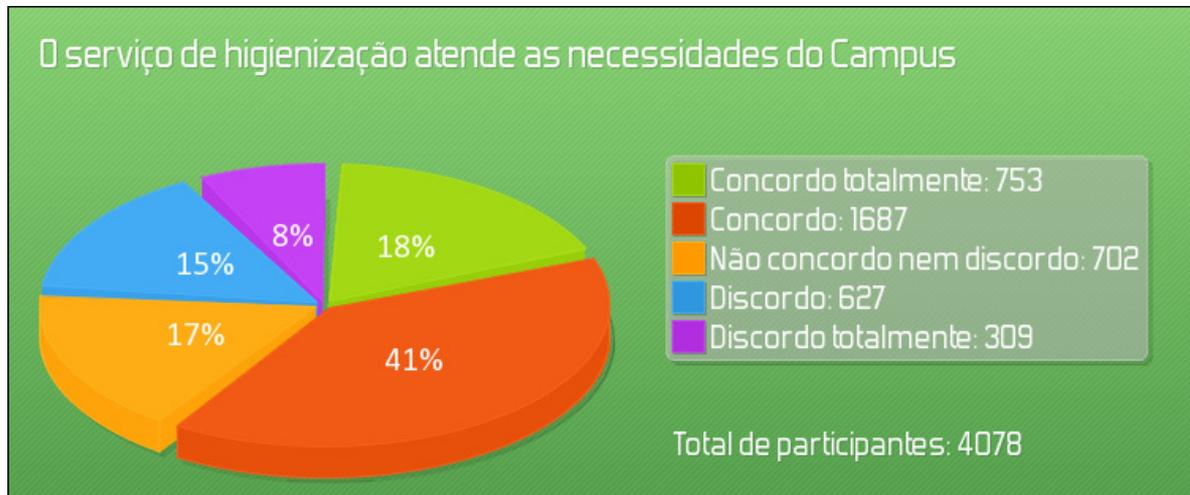
No indicador 11, “o espaço físico da biblioteca e as instalações são adequados”, 38% dos respondentes concordam ou concordam plenamente, superados por 20% que discordam ou discordam totalmente, apontando para a necessidade de revisão das condições físicas das bibliotecas do IFRS. Esse dado é reforçado pela perspectiva de 22% desse público que não concorda nem discorda.



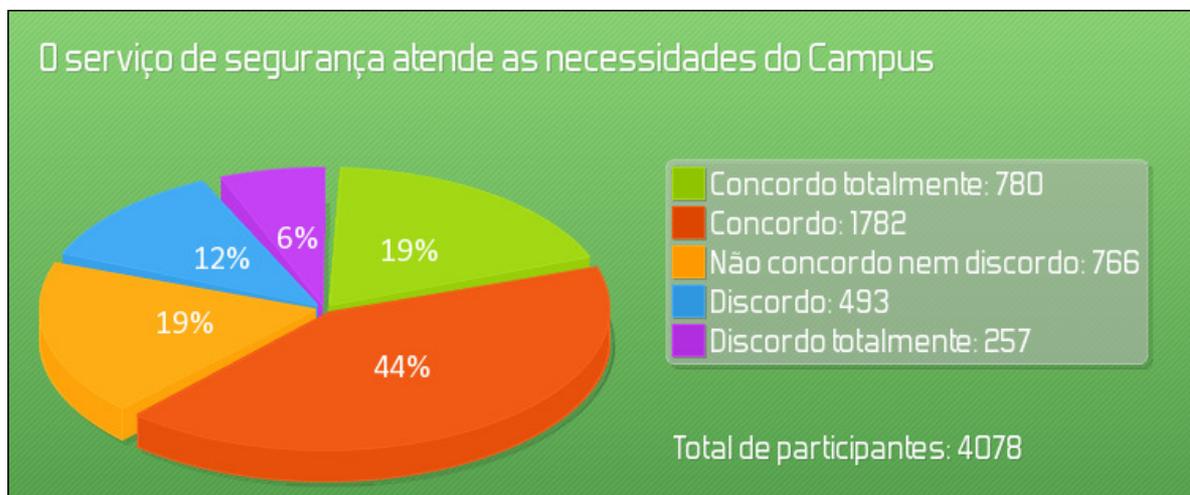
Com relação ao indicador 12, “as salas de aula apresentam espaço físico e mobiliário adequado ao número de estudantes”, percebe-se que 59% dos respondentes indica concordar ou concordar plenamente, sendo que 25% discorda ou discorda totalmente, seguidos por 16% que afirmam não concordar nem discordar.

Nas respostas relativas ao indicador 13 “o serviço de higienização atende as necessidades do câmpus”, 59% apontam concordar ou concordar totalmente, sendo

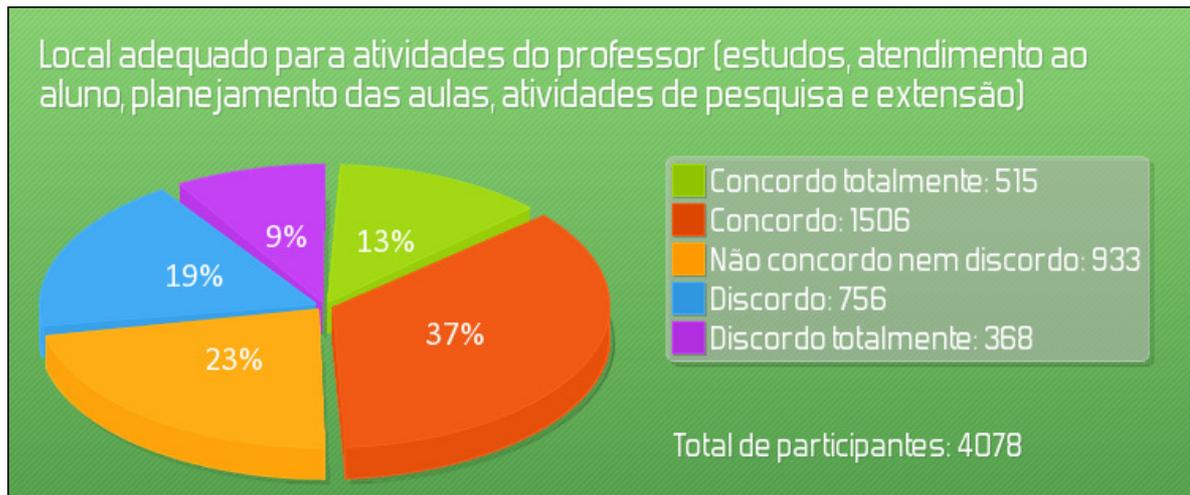
que 23% apontam discordar ou discordar plenamente. Apenas 17% posicionam-se em não concordo nem discordo.



O indicador 13, “O serviço de higienização atende às necessidades do Câmpus”, apresenta uma percentagem significativa de participantes que concordam ou concordam plenamente (63%). Os demais se dividem entre nem concordo nem discordo (19%), e discordo ou discordo plenamente (18%).

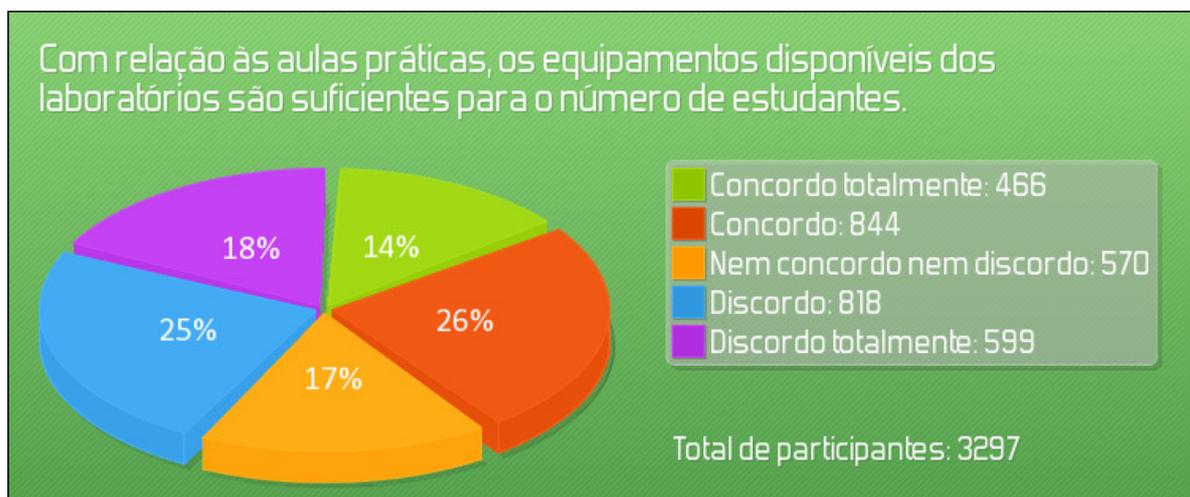


Com relação ao indicador 14, “O serviço de segurança atende as necessidades do Câmpus”, 63% dos respondentes manifestaram concordar ou concordar totalmente. 19% manifestaram nem concordar nem discordar e apenas 18% discordam ou discordam totalmente.



Por fim, no indicador 15, “local adequado para atividades do professor (estudos, atendimento ao aluno, planejamento das aulas, atividades de pesquisa e extensão)”, identifica-se 57% dos participantes entre os critérios concordo ou concordo plenamente, 27% que discordam ou concordam totalmente e 23% que não concorda e não discorda.

Ainda na Dimensão 7 do SINAES, o instrumento de avaliação de cursos do IFRS conta com o indicador 3, que avalia as condições dos laboratórios específicos dos cursos, conforme segue:



Analisando os dados da avaliação institucional *online*, observa-se que 40% dos alunos indicam que concordam ou concordam plenamente com a qualidade, e disponibilidade de equipamentos para as aulas práticas. No entanto, essa percepção é superada por 43% de estudantes que referem discordar ou discordam totalmente, acrescidos de 17 que nem concordam e nem discordam. Esses dados remetem para

a necessidade premente de conclusão e/ou implantação de laboratórios equipados com capacidade para acolher com qualidade todos os estudantes.

7.2 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2011-2012

A análise dos resultados da autoavaliação do IFRS permite verificar que a instituição ainda apresenta muitas dificuldades em relação à infraestrutura: atraso de obras para os câmpus novos que ainda permanecem nas sedes provisórias e em condições precárias, reforma dos câmpus mais antigos, falta de laboratórios, problemas de ventilação nas salas, espaço físico, acervo e informatização das bibliotecas, falta de espaço físico adequado às atividades de pesquisa, falta de espaço físico para trabalho dos docentes, dentre outros.

8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1 SPAS E CPA: AUTOAVALIAÇÃO

Em 2011 a CPA, juntamente com as SPAs, implementaram um processo de discussão dos resultados da Autoavaliação de 2011, envolvendo a Reitoria, as Direções dos câmpus e a comunidade interna em geral. Além de buscar contribuir com a implementação de ações de superação, a CPA/SPA teve como objetivo fomentar a cultura da avaliação institucional, construindo um significado institucional para os processos avaliativos na sua relação com a gestão.

No processo de planejamento 2012, os resultados da avaliação institucional constituíram subsídio para a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, bem como para a maioria dos câmpus.

Além disso, pode-se destacar dois importantes avanços nos processos de autoavaliação institucional do IFRS:

- a conclusão do Programa de autoavaliação do IFRS, que passa a ser constituído pelos instrumentos de autoavaliação institucional, avaliação docente, avaliação de curso, autoavaliação discente, avaliação do egresso e avaliação pela comunidade externa, com implantação gradativa até 2013.
- o desenvolvimento de um sistema de autoavaliação junto ao setor de Tecnologia do IFRS, de forma a contribuir e agilizar a sistematização dos dados coletados junto à comunidade interna.

8.2 AVALIAÇÕES EXTERNAS

Considerando que o IFRS é uma instituição que se constituiu em 2008, a implantação dos cursos de graduação ainda está em processo. Conforme demonstra o quadro abaixo, dos 26 cursos de graduação da instituição, apenas 10 participaram do ENADE, e como não tinham ingressantes e concluintes, estão sem conceito, com exceção do Curso de Licenciatura em Matemática e Curso Superior de Tecnologia

em Alimentos (câmpus Bento Gonçalves), que obtiveram Conceito de Curso 4, respectivamente em 2010 e em 2011. Tal cenário impede que o IGC do IFRS seja calculado.

AVALIAÇÃO EXTERNA					
CÂMPUS	CURSO	CC	CPC FAIXA	CPC CONTÍNUO	ENADE
Bento Gonçalves	CST em Alimentos	4 (2011)	S/C	S/C	S/C
	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	S/C	S/C	S/C	S/C
	Licenciatura em Física	S/C	S/C	S/C	S/C
	Licenciatura em Matemática	4 (2010)	S/C	S/C	S/C
	Licenciatura em Pedagogia – Parfor	S/C	S/C	S/C	S/C
Sertão	CST em Alimentos	S/C	S/C	S/C	S/C
Erechim	Engenharia Mecânica	S/C	S/C	S/C	S/C
Caxias do Sul	Licenciatura em Matemática	S/C	S/C	S/C	S/C
Ibirubá	Licenciatura em Matemática	S/C	S/C	S/C	S/C
Canoas	CST em Automação Industrial	S/C	S/C	S/C	S/C

Os cursos superiores que receberam a visita da comissão de avaliadores lograram conceito 4, o que indica que o IFRS vem investindo na implantação da graduação. No entanto, há que se considerar que esses cursos pertencem à câmpus antigos, que anteriormente eram CEFETs, o que pode contribuir para a qualidade da infraestrutura como laboratórios, acervo, etc., bem como para a formação acadêmica do corpo docente. Existe uma preocupação da comunidade acadêmica em relação

aos câmpus novos, que ainda estão em fase de construção. Além disso, existe também a preocupação com a formação acadêmica dos professores em nível de Mestrado e Doutorado, especialmente em algumas áreas e regiões, o que já foi alvo de ofício encaminhado pela CPA à Reitoria.

CURSOS COM AVALIAÇÃO EXTERNA - ACG EM 2011		
CÂMPUS	CURSO	CONCEITO
Bento Gonçalves	CST em Alimentos	4
	Formação de Docentes	4
	CST em Horticultura	4
	CST em Logística	4
Sertão	Agronegócio	4

8.3 AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SINAES/MEC

Ao longo dos anos de 2011 e 2012, os câmpus estão se preparando para atender às dimensões e indicadores definidos pelos SINAES. Para tanto, foram realizadas reuniões com docentes e alunos. Os câmpus que já receberam comissões de avaliadores externos vêm orientando suas ações na perspectiva de superação das fragilidades apontadas, como é o caso do câmpus Bento Gonçalves e câmpus Sertão.

Cabe destacar que o IFRS tem uma dificuldade pontual em relação ao ENADE e aos indicadores que daí advém: uma em relação ao próprio Ciclo do SINAES, que por sua periodicidade e frequência de ingresso dos estudantes talvez não possam lograr de participação integral ou parcial (de integrantes ou concluintes), o que não permitirá a definição dos indicadores e conceitos do próprio curso e da instituição.

8.4 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2011-2012

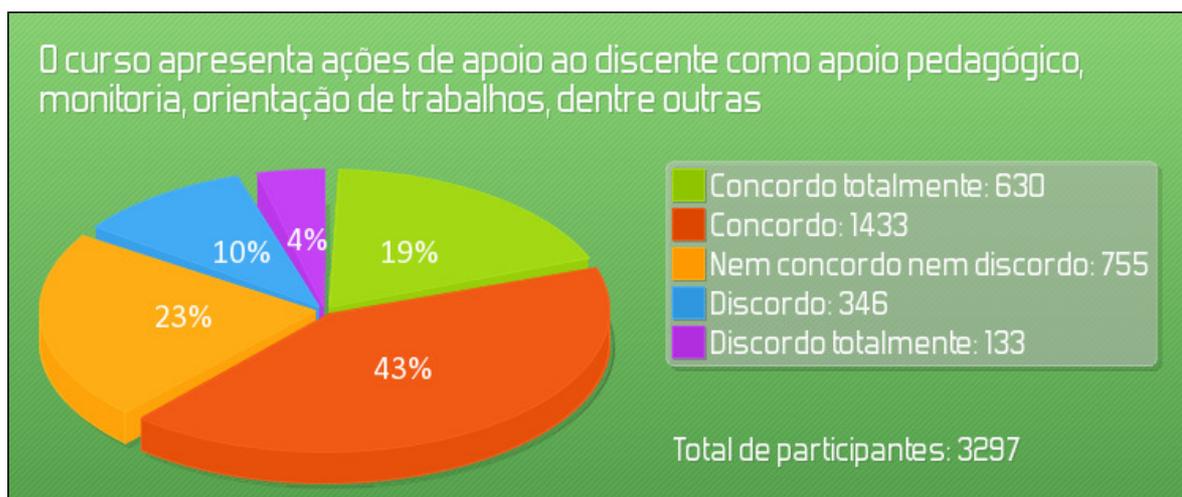
No âmbito da Avaliação Institucional, cabe à CPA e às SPAs o esforço para consolidação da proposta e da cultura de Autoavaliação Institucional. As primeiras experiência de avaliação institucional multicâmpus, embora tenham representado um grande desafio, foram consideradas exitosas, principalmente no que se refere à participação da comunidade escolar e acadêmica no processo de avaliação institucional *online*. No entanto, apesar de todo investimento no processo de divulgação e sensibilização realizados em 2011, cabe definir algumas ações de superação no âmbito da avaliação institucional para 2012:

- Sensibilizar as Direções de câmpus para completa adesão ao Programa de Autoavaliação;
- Fortalecer as ações de sensibilização para participação dos estudantes nas avaliações externas;
- Ampliar os espaços de sensibilização e capacitação das Direções e Coordenadores de Cursos para as avaliações externas do SINAES, considerando o grande número de cursos que devem entrar em processo de Reconhecimento de Cursos;
- Ampliar a divulgação, pelas SPAs, dos indicadores e critérios definidos pelo SINAES para as avaliações externas;
- Implementar a Ouvidoria;
- Implementar o Programa de Avaliação e Acompanhamento de Egressos vinculado ao Programa de Avaliação Institucional e de forma unificada no IFRS;
- Consolidar as ações de Metaavaliação do Programa de Avaliação Institucional e definição de adequações do mesmo.

9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

9.1 POLÍTICAS DE ACESSO, SELEÇÃO E PERMANÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES CONCRETAS, BEM COMO DE SEUS RESULTADOS

O indicador 6 do instrumento de avaliação de cursos é uma importante referência para a análise da implementação das políticas de permanência dos estudantes no IFRS, conforme gráfico abaixo:



Os resultados da manifestação dos estudantes em relação ao indicador 6 do instrumento de avaliação de cursos do IFRS – “O curso apresenta ações de apoio ao discente como apoio pedagógico, monitoria, orientação de trabalhos, dentre outras”, indica que 62% desses concordam ou concordam plenamente com a existência dessas ações. Tais resultados podem indicar que o IFRS vem ampliando as ações de apoio à permanência dos estudantes em seus cursos. No entanto, há que se ressaltar que 37% dos estudantes que participaram da avaliação institucional encontram-se entre os que nem concordam nem discordam, discordam ou discordam totalmente, indicando uma parcela importante desse segmento que não se sente atingido por essas ações. A ampliação dessas ações é fundamental para

que a instituição cumpra o plano de metas no que se refere à eficiência e eficácia da permanência.

Quanto às políticas de acesso, observa-se a necessidade de definição de uma política institucional, especialmente no que se refere à implantação de cotas de inclusão.

9.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS E SEUS RESULTADOS

Conforme já explicitado nesse relatório de autoavaliação, a CPA/SPAs concluiu a construção do Programa de autoavaliação do IFRS em 2011, tendo integrado a proposta de instrumento de avaliação e acompanhamento do egresso, com previsão de implantação a partir de 2012/02.

9.3 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2011-2012

A avaliação da dimensão 9 do SINAES permite verificar que, apesar de ter avançado significativamente, o IFRS necessita avançar no que se refere à política de atendimento aos estudantes. Questões como políticas de acesso, inclusão e apoio à permanência precisam ser ampliadas e consolidadas, respeitando as características e necessidades específicas de cada campus e do IFRS em geral.

10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esta dimensão volta-se para a sustentabilidade financeira apresentada pela instituição. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como uma instituição pública e federal busca a inserção no meio social garantindo o aprimoramento da cidadania, conhecimento e colocação no mercado de trabalho. Para cumprir este papel conta com recursos específicos que são inteiramente voltados para a educação no IFRS.

Com estes recursos o Instituto Federal do Rio Grande do Sul procura formular ações que consigam cumprir, e mesmo superar, o Plano de Desenvolvimento institucional assim como o Termo de Metas. Para acompanhamento destes aspectos, destacamos os seguintes indicadores:

10.1 CAPTAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Com os dados relativos à quantidade de alunos, bem como o número de cursos ofertados, e tendo em vista o atendimento educacional brasileiro, o orçamento total do Instituto Federal do Rio Grande do Sul no ano de 2011 ficou no montante de R\$ 164.470.584,00 (cento e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), sendo um total de R\$ 37.955.383,00 (trinta e sete milhões e novecentos e cinqüenta e cinco mil trezentos e oitenta e três reais) destinados a investimentos no IFRS, visando à ampliação e aprimoramento da educação oferecida.

Destaque também ao valor de R\$ 95.011.738,00 (noventa e cinco milhões e onze mil setecentos e trinta e oito reais) destinado aos gastos com pessoal e R\$ 31.503.463,00 (trinta e um milhões e quinhentos e três mil quatrocentos e sessenta e três reais) correspondente ao gasto com o custeio do referido instituto. O IFRS recebeu de investimentos não previstos no orçamento uma ordem de R\$ 814.173,16 (oitocentos e quatorze mil cento e setenta e três reais e dezesseis reais) e R\$ 7.555.379,05 (sete milhões e quinhentos e cinqüenta e cinco mil trezentos e setenta e nove e cinco reais) para investimentos. Deste último, destacamos a realização de:

- Projeto RENAPI – Acessibilidade executado pelo câmpus Bento Gonçalves;
- Aquisição de obras didáticas, executado por todos os câmpus;
- Projeto PROEJA FIC executado pelo câmpus Bento Gonçalves;
- Projeto Certific, executado pelo câmpus Caxias do Sul;
- Especialização PROEJA, executado pelo câmpus Bento Gonçalves;
- Apoio a 6ª feira do Feira do Agricultor do Município de Monte Belo do Sul-RS;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Implantação do NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica, executado pela Reitoria;
- Confecção de livro didático, executado pela Reitoria;
- Programa Escola Técnica Aberta do Brasil – E – TEC BRASIL, executado pelos câmpus Rio Grande e Bento Gonçalves;
- Aquisição de ar condicionado, executado pela Reitoria.
- Projeto Mulheres Mil, executado pelos câmpus Erechim, Ibirubá e Farroupilha;
- Transporte de alunos em congresso, executado pelo câmpus Porto Alegre e Reitoria;
- Programa Nilo Peçanha, executado por todos os câmpus e Reitoria;
- Aquisição de mobiliário, executado pelos câmpus Ibirubá e Farroupilha
- Criação e manutenção dos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, executado por todos os câmpus;
- Aquisição de contentor para E-TEC, executado pela Reitoria;
- Realização do Fórum Mundial de Educação; executado pelo câmpus Porto Alegre;
- Apoio à capacitação no uso das tecnologias da informação e comunicação para a juventude rural; executado pelo câmpus Ibirubá;
- Aquisição de acervo bibliográfico, executado pelo câmpus Farroupilha;
- Aquisição de equipamentos, executado pelo câmpus Bento Gonçalves;
- Construção de instalações prediais, executado pelo câmpus Erechim

10.2 COMPATIBILIDADE ENTRE O TERMO DE METAS E A ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E ATUALIZAÇÃO DE ACERVO, DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

No ano de 2011 o IFRS lançou mão de um total de R\$ 12.325.389,02 (doze milhões e trezentos e vinte e cinco mil trezentos e oitenta e nove com dois) para atender equipamentos, manutenção e material permanente. Este montante foi destinado a garantir o cumprimento do Termo de Ação de Metas.

Destacamos, em detrimento do relatório do ano de 2010, o valor de R\$ 586.092,95 (quinhentos e oitenta e seis mil e noventa e dois com noventa e cinco) - incluso no valor inicial de R\$ 12.325.389,02 (doze milhões e trezentos e vinte e cinco mil trezentos e oitenta e nove com dois) – voltados inteiramente para a o acervo bibliográfico. Visando, assim, atingir o já citado Termo de Ação de Metas.

10.3 ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA A CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Conforme observamos no relatório de autoavaliação referente ao ano de 2010, ocorria uma apuração das demandas por parte do Departamento de Gestão de Pessoas a fim de alocar recursos e sanar estas mesmas demandas. No ano de 2011, podemos analisar que o IFRS disponibilizou um montante de R\$ 467.178,18 (quatrocentos e sessenta e sete mil e cento e setenta e oito com dezoito) para a capacitação dos servidores.

Este montante foi disponibilizado para os câmpus e para a Reitoria, que puderam propor ações de capacitação em conformidade com suas demandas específicas. O Departamento de Gestão de Pessoas ofereceu acompanhamento, com o objetivo de auxiliar estas ações e também propor ações conforme o caso.

10.4 ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA APOIO DISCENTE

No ano de 2011 foram disponibilizadas bolsas de pesquisa, conforme citado no presente relatório – item “Número de Cursos de alunos por nível de ensino” - para auxiliar o desenvolvimento da educação no âmbito brasileiro e do IFRS. Além das bolsas supracitadas, ainda destacamos o valor de R\$ 2.353.85,63 (dois milhões e trezentos e cinquenta e três e oitenta e cinco com sessenta e três) destinados a assistência ao educando. Esta assistência visa à permanência e aprimoramento do educando no IFRS; sendo este montante dividido entre os câmpus e posteriormente, conforme o câmpus observa necessidade, redirecionado pela gestão do próprio câmpus.

10.5 APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO, SUPERIOR E DE PÓS-GRADUAÇÃO

No ano de 2011 o IFRS disponibilizou um montante de R\$ 2.630.449,80 (dois milhões e seiscentos e trinta mil quatrocentos e quarenta e nove e oitenta) para assistência estudantil. Ainda contou com um valor de R\$ 268.548,00 (duzentos e sessenta e oito mil quinhentos e quarenta e oito) para custeio e investimento em cursos da modalidade de Ensino a Distância.

Ressaltamos a necessidade de ampliação de fundos para os câmpus tendo em vista a grande expansão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul como um todo e também para atender as demandas atuais de cada local. Os câmpus recebem orçamento conforme possibilidade financeira da instituição, passando a cumprir seus afazeres dentro desta realidade.

10.6 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2011-2012

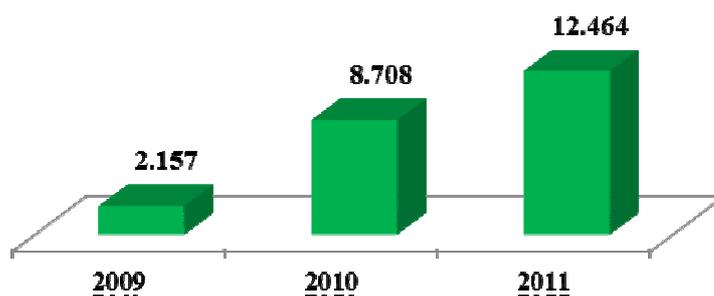
No ano de 2011 podemos observar uma grande objetivação das ações de superação em relação ao ano de 2010, isto ocorre principalmente porque o Instituto Federal do Rio Grande do Sul esta se aprimorando cada vez mais como instituição de ensino de qualidade. Constava no relatório da Comissão Própria de Avaliação

relativa ao ano de 2010, a atenção para desenvolver ações quanto ao “aporte de recursos destinados à pesquisa, extensão e assistência estudantil”, “aumentar o número de bolsas” – Relatório de Autoavaliação relativo ao ano de 2010 - dentre outros. No ano de 2011, podemos observar uma resposta a estes apontamentos ao observarmos as seguintes realizações:

- implantação de novos cursos em quase todos os câmpus do IFRS, gerando uma oferta no período de 6.637 vagas;
- aumento de 43% no número de alunos, totalizando 12.464 alunos matriculados;
- aprovação do novo Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e das Subcomissões Próprias de Avaliação dos câmpus (SPA);
- conclusão de 471 ações de Extensão;
- ofertas de 70 bolsas de fomento externo e 73 de fomento interno;
- instalação da sede própria da Reitoria;
- execução de reformas em laboratórios técnicos, salas de aula e salão de atos no câmpus Bento Gonçalves;
- implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) no câmpus Canoas; e
- finalização das obras de construção do ginásio de esportes e reforma do anfiteatro no câmpus Rio Grande¹.

O IFRS ainda enfrenta problemáticas que deve ser observadas com atenção. A falta de servidores torna as demandas internas mais lentas quanto a sua resolução, e atrasos – principalmente em obras – o que inviabiliza muitas ações necessárias. No ano de 2010, o Relatório de Autoavaliação demonstrou falibilidade no processo de divulgação do ingresso no IFRS, embora este processo ainda esteja sendo aprimorado, ao observamos o aumento significativo do número de alunos em relação ao ano anterior, este processo mostra evolução:

¹ Informações retiradas do Relatório de Gestão 2011.



Fonte: SIMEC e Pesquisa Institucional/IFRS no Relatório de Gestão 2011.

Destacamos também, apesar da dificuldade financeira e de pessoal, a implantação de diversos novos cursos para atender as demandas locais:

Câmpus	Cursos	Implantado?
Canoas	Tecnologia em Automação Industrial	✓
	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	✓
	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	✓
	Tecnologia em Logística	✓
Caxias do Sul	Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio	✓
	Técnico em Plásticos Integrado ao Ensino Médio	✓
	Técnico em Fabricação Mecânica Integrado ao Ensino Médio	✓
Erechim	Tecnologia em Marketing	✓
	Bacharelado em Engenharia Mecânica	✓
	Técnico em Alimentos Subsequente ao Ensino Médio	✓
Núcleo Avançado de Farroupilha	Tecnologia em Processos Gerenciais	✓
	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	✓
Núcleo Avançado de Feliz	Tecnologia em Processos Gerenciais	✓
	Técnico em Meio Ambiente Subsequente ao Ensino Médio	✓
	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	✓
Núcleo Avançado de Ibirubá	Técnico em Mecânica Subsequente ao Ensino Médio	✓
	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	✓
	Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio	✓
	Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio	✓
	Técnico em Informática Integrado ao Ensino	✓

	Médio	
	Licenciatura em Matemática	✓
Osório	Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional	✓
	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	✓
	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	✓
	Tecnologia em Processos Gerenciais	✓
Porto Alegre	Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio - EAD	✓
	Técnico em Vendas Integrado ao Ensino Médio - EJA	✓
	Técnico em Instrumento Musical Subsequente ao Ensino Médio	✓
Restinga	Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio	✓
	Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio	✓
Rio Grande	Técnico em Fabricação Mecânica Integrado ao Ensino Médio	✓
Sertão	Tecnologia em Alimentos	✓

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

As ações de superação do ano de 2011 foram realizadas apesar das dificuldades acima citadas. Entretanto, ressalte-se que estas mesmas dificuldades – pessoal, infra-estrutural, na ordem do orçamento – impediram que muitas ações fossem completadas. Assim, o desempenho do IFRS neste sentido – ações de superação – ainda deverá ser realizado no ano de 2012 com o intuito, também, de sanar dificuldades encontradas e até mesmo não realizadas no ano de 2011.